

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Os portugueses percebem à sua custa que a arrogância do eng. Sócrates lhes trouxe um futuro muito mau



Destaques:

“Sócrates é o Coveiro da Pátria” – afirma a Presidente, nos Açores

Pag. 2 e seguintes

Mais uma trapalhada: Sócrates anunciou ir criar um Banc o de Células Umbilicais...que já está criado!

Em “Actividades do PSD”

Jardim define Sócrates como o seu único “real inimigo político”

Em “Notícias da Madeira



Actividades da Presidência

Grande e entusiástico comício em Santa Maria da Feira

Na Sexta-feira passada, realizou-se um comício/jantar na visita da Presidente do PPD/PSD ao Distrito de Aveiro.

Tal evento aconteceu pelas 20 horas no Europarque em Santa Maria da Feira.

Todo o Distrito se mobilizou em torno de Manuela Ferreira Leite numa demonstração que o PSD se encontra unido e pronto a encarar o ciclo eleitoral de 2009.

Marcaram presença mais de 2500 pessoas, numa jornada de festa e de fervor militante.

Entre os presentes encontravam-se muitas personalidades destacadas do PSD nomeadamente os Vice-Presidentes da CPN, Rui Rio, Castro Almeida e José Pedro Aguiar Branco; o presidente do Grupo Parlamentar, Paulo Rangel; os vice-Presidentes do Grupo Parlamentar José Manuel Ribeiro, Regina Bastos e Agostinho Branquinho

bem como os membros da CPN Francisco Araújo e Jaime Soares.

Marcaram presença os Deputados eleitos pelo Distrito de Aveiro, nomeadamente Hermínio Loureiro, Luís Montenegro, Jorge Tadeu Morgado e André Almeida.

Entre os autarcas, vimos os Presidentes das Câmaras Municipais do Distrito de Aveiro, nomeadamente dos concelhos de Santa Maria da Feira, Ílhavo, Albergaria-a-Velha, Anadia, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Murtoza, Castelo de Paiva, Estarreja, Oliveira do Bairro, o Vice-Presidente da Câmara de Aveiro Eng.º Carlos Santos, o Presidente da CPN da JSD, Pedro Rodrigues e o Presidente da CPD de Aveiro, António Topa e o Presidente da CPD da JSD de Aveiro, Zito Brandão.

Estiveram presentes os dirigentes das Secções do PSD do Distrito de Aveiro bem como das Secções da JSD do Distrito de Aveiro.

Intervenção da Presidente

Os portugueses percebem à sua custa que a arrogância do eng. Sócrates lhes trouxe um futuro muito mau

Manuela Ferreira Leite deu entrada na sala debaixo dos aplausos de todos e ao som do hino do PSD, numa manifestação de apoio geral: e de imediato iniciou a sua intervenção.

Uma das afirmações da nossa Presidente, lembrava que a aprovação de um Orçamento Suplementar pelo Governo é a prova de que “o PSD teve razão no momento certo”.

“É extraordinário que no dia 16 de Janeiro, hoje, o Governo apresente um Orçamento rectificativo a algo que aprovou há 15 dias. O engenheiro Sócrates orgulhava-se imenso pelo facto de, durante o seu reinado, nunca ter feito um. Pois acho que agora tem um novo motivo de orgulho: Não existe na História da democracia exemplo de um Orçamento [de Estado] que tenha durado tão pouco”, afirmou.

Para a líder do PSD, “isto só prova que o PSD tinha razão e teve razão no momento certo. E em política isto faz toda a diferença. Os portugueses estão agora a perceber, infelizmente à sua custa, que a arrogância do engenheiro José Sócrates lhes trouxe um futuro muito mau. Se ele tivesse dado ouvidos ao PSD e agido com a humildade que as circunstâncias impunham, a situação do País seria bem melhor hoje”, acrescentou.

O PSD remeteu para o início da semana, uma posição sobre o conteúdo técnico do Orçamento Suplementar aprovado sexta-feira em Conselho de Ministros Extraordinário.

O Orçamento Suplementar prevê um défice de 3,9 por cento em 2009 - superior ao limite de 3 por cento do Pacto de Estabilidade e Crescimento - corrigindo em alta a estimativa de 2,2 por cento constante no Orçamento.

Manuela Ferreira Leite considerou que José Sócrates “fingiu que não ouviu” os alertas do PSD e “ousou mesmo, em alguns casos, denegrir as nossas preocupações”.



“De nada lhe serviu virar as costas à evidência do nosso discurso, porque a realidade dos factos foi duríssima e está presente a toda a hora para os portugueses. Semana após semana, dia após dia, assistimos ao remendar atabalhado das medidas do Governo, às piruetas dos seus discursos e à desesperada tentativa de camuflar a sua irresponsabilidade e incompetência”, afirmou a presidente do PSD.

Ferreira Leite reafirmou ter tido “a coragem de falar do que era o desastre para o País, dos mega-investimentos que o engenheiro José Sócrates defendia”.

“Não foi um discurso fácil mas foi de verdade e antecipou o que neste momento

se está a passar. Um dos grandes problemas do País é o seu profundo endividamento. Temos de estar conscientes de que o investimento público é bom desde que as importações que temos de fazer para o realizar não sejam de tal forma grandes que nos endividamos mais”, afirmou.

A líder social-democrata afirmou, relativamente às afirmações que tinha feito na sua entrevista à RTP1, em relação à suspensão imediata do TGV (como exemplo do que faria como responsável pelo Governo) que “para aquele meio de transporte não há uma única componente fabricada em Portugal, logo vai importar-se tudo da França, Alemanha, não sei”.

“A mão-de-obra necessária também

não existe em Portugal, tem de ser importada. Ou seja, se fizéssemos o TGV ficaríamos numa situação bem mais gravosa do que aquela em que já estamos. Isto para não falar sobre quem é que o mantém a funcionar. Ele só é rentável se tiver um tráfego semelhante à saída de um avião de Lisboa para Madrid de sete em sete minutos”, acrescentou, classificando o projecto como uma “loucura”.

Ferreira Leite reafirmou ainda que o primeiro-ministro “está a aproveitar a crise para fugir aos resultados de uma legislatura desastrosa” mas considerou que “não adianta ao engenheiro José Sócrates falar alto ou tentar intimidar”.

Caso as políticas do Governo não



sejam mudadas, “a crise continuará cá por muitos anos, mesmo depois de ter desaparecido nos outros países”.

“O que acontece” – disse – é eu ter tido “a coragem de falar do que era o desastre para o País dos mega-investimentos que o engenheiro José Sócrates defendia”.

“Não foi um discurso fácil mas foi de verdade e antecipou o que neste momento se está a passar. Um dos grandes problemas do País é o seu profundo endividamento. Temos de estar conscientes de que o investimento público é bom desde que as importações que temos de fazer para o realizar não sejam de tal forma grandes que nos endividamos mais”, afirmou.

A certa altura o seu discurso, a líder do PSD acusou a Agência Lusa de ter mandado “ouvir os socialistas espanhóis” sobre as declarações que proferiu sobre o TGV.

Ferreira Leite, afirmou ainda que uma das conclusões que tira dessa notícia feita pela Lusa é a de que “o engenheiro José Sócrates vai fazer queixinhas aos socialistas espanhóis e vai pedir-lhes ajuda”.

“Ontem, numa entrevista à RTP, respondi categoricamente que, num governo PSD, não faria sentido o TGV. Para além daquele ministro de serviço que responde a tudo o que dizemos, aconteceu algo muito grave: um jornalista de uma agência pública deslocou-se a Espanha - o que significa que foi lá pago por nós. Os nossos impostos é que pagaram essa deslocação. O que foi ele lá fazer? Foi falar com os socialistas espanhóis para lhes dizer que tinha havido alguém, neste caso eu, que tinha afirmado que com o nosso governo suspenderíamos de imediato essa decisão”, afirmou a líder do PSD.

A notícia citada pela presidente social-democrata, elaborada pelo correspondente da Agência Lusa em Madrid e a residir naquela capital, incluía comentários de vários partidos políticos espanhóis às suas declarações incluindo as do PP, partido da mesma família política europeia do PSD, que disse que Ferreira Leite deveria “retratar-se”.

Manuela Ferreira Leite disse tirar deste episódio “duas ou três conclusões que queria dizer ao engenheiro José Sócrates”.

“A primeira é que evidentemente já assumiu que vamos ganhar as eleições. Porque se estivesse convencido de que as ganhava tanto lhe fazia o que disséssemos, porque a decisão era dele”, afirmou.

“O desespero que significa haver um Governo que, perante uma afirmação feita pela oposição, vai fazer queixinhas aos socialistas espanhóis. Se o engenheiro José Sócrates pensa que o PSD tem medo dos socialistas espanhóis está muito enganado”, acrescentou.

Ferreira Leite questionou ainda se “será possível que o engenheiro José Sócrates não tenha o sentido de Estado suficiente para que um assunto que é verdadeiramente nosso tenha de ser discutido com os socialistas espanhóis”.

No final do jantar-comício

Depois da intervenção da Presidente do PSD deu-se início ao jantar que decorreu num ambiente de forte alegria e confraternização.

Na parte final do Jantar entrevistaram:

O Presidente da CPN da JSD Pedro Rodrigues, que de uma forma vibrante



criticou as políticas de juventude do Governo e apelou à mobilização de todos, para uma vitória nas eleições que se avizinham;

O Presidente da CPD da JSD de Aveiro, Zito Brandão, o qual agradeceu a forte presença da JSD, demonstrando o apoio inequívoco à Presidente do Partido para os combates que se avizinham;

O último orador da noite foi o Presidente da CPD do PSD de Aveiro, António Topa, o qual numa intervenção inflamada e acalorada, criticou as políticas do Governo, nomeadamente no que se refere aos aspectos de natureza social económicos e políticos, defendendo ideias que no geral se enquadraram nos seguintes temas:

Cumprimento do que se promete;

Verticalidade, seriedade e espírito de serviço de quem ocupa lugares políticos;

Novas medidas de apoio ao combate ao desemprego, de apoio às empresas, à juventude, à terceira idade e de apoio à natalidade.

Finda a sua intervenção o Presidente da CPD do PSD deu por encerrada esta grande jornada social-democrata. – Correspondência de António Topa

O que diz a Lusa sobre a audição de políticos espanhóis sobre afirmações sobre o TGV

Um «take» da Lusa sobre a sua audição e políticos espanhóis sobre as afirmações de Manuela Ferreira Leite sobre o TGV, afirma:

O PSD lamentou hoje que a Lusa não tenha explicado as razões que a levaram a elaborar uma notícia com as opiniões dos partidos espanhóis sobre o TGV, acusações rejeitadas pelo director de informação da agência.

Em comunicado, a direcção nacional do partido liderado por Manuela Ferreira Leite considera “lamentável que a Direcção da Agência Lusa ainda não tenha explicado os motivos pelos quais decidiu oportuno questionar a opinião dos partidos políticos espanhóis em relação a uma matéria que apenas diz respeito à política interna portuguesa”.

“Não há memória de na democracia

portuguesa a agência de notícias pública, financiada pelo Estado, decidir questionar partidos políticos estrangeiros sobre uma matéria que apenas diz respeito aos portugueses”, adianta o comunicado.

A direcção nacional do PSD acrescenta ainda que “menos ainda se entende que a questão tenha sido colocada em contraponto à opinião expressa por um partido português na oposição relativamente a um assunto de política interna”.

Contactado pela Lusa, o director de Informação da agência, Luís Miguel Viana disse não reconhecer “a nenhuma liderança política ou partidária competência para discutir critérios editoriais”

Sobre a notícia em particular, recordou que “Portugal tem com Espanha acordos sobre a alta velocidade, agendados para discussão na Cimeira luso-espanhola, no próximo dia 21, os quais ficarão em causa se for seguida a opção política da presidente do PSD e candidata a primeira-ministra. Nesta medida, é relevante ouvir os principais partidos espanhóis sobre a questão”, acrescentou.

“Ao contrário do que afirma o PSD, é muito comum os media portugueses ouvirem opiniões de partidos e políticos estrangeiros, nomeadamente europeus e de língua oficial portuguesa, sobre questões que, estando no centro do debate político em Portugal, cruzam-se com esses países por motivos políticos, económicos ou sociais”.

Na sexta-feira, Manuela Ferreira Leite acusou a agência Lusa de ter enviado propositadamente, a Espanha, a mando do primeiro-ministro, um jornalista para “ouvir os socialistas espanhóis” sobre as declarações que proferiu sobre o TGV, em que referiu que num governo do PSD o investimento não teria lugar.

A agência Lusa respondeu que as notícias foram feitas pelo seu delegado em Madrid e em que foram ouvidos os partidos Socialista e Popular, considerando tratar-se de uma “acusação grave, falsa e profundamente injusta”.

Nota da Redacção

Enviado a Espanha ou correspondente em Espanha, é o mesmo, relativa-

mente à audição de políticos espanhóis, na esteira imediata das declarações da Presidente. É mais um exemplo da marcação cerrada que lhe é feita por certa informação – e não há critérios informativos independentes que justifiquem a permanente tentativa de desvalorização, ridicularização, menorização e escolha de frases fora de contexto, para desacreditar o que é dito pelos responsáveis do PSD.

Poderíamos entender tais acções, se elas fossem duplicadas relativamente ao Primeiro-Ministro e ao seu Governo, mas não são. Pelo contrário, parafraseando Eça de Queiroz na “Campanha Alegre”, em relação a hipotéticos indígenas de Ceilão, «passam todo o seu tempo, de cócoras, debaixo de um coqueiro, ocupados a respeitar...» José Sócrates e o seu Governo!

Nos Estados Unidos, todos os meios de informação de referência, fazem as suas “declarações de Interesse”: “Apoiamos Obama”, “Apoiamos Caine”, por aí fora. A bem da Verdade e do esclarecimento cabal de quem vê, ouve, ou lê, pede-se aos jornalistas portugueses que façam a sua “declaração de interesses” para não se confundirem com quantos, sob o manto genérico de “jornalistas”, não passam de agentes de propaganda. Felizmente, há muitos que honram a profissão e só podem sentir desconforto relativamente a tais profissionais!

Quanto ao “Povo Livre”, é um jornal político, órgão oficial do PSD, e consequentemente, a nossa declaração de interesses é por si própria evidente. – A Redacção

No encerramento do Congresso do PSD-Açores

Não tenho qualquer dúvida em afirmar que Sócrates não é o Salvador da Pátria mas que é o Coveiro da Pátria!

O discurso de encerramento do Congresso do PSD/Açores, foi proferido pela Presidente do nosso Partido, que se deslocou à Região para o último dia de trabalhos, que foram a consagração da liderança local de Berta Cabral (veja notícia detalhada em “Notícias dos Açores”).

Manuela Ferreira Leite, proferiu declarações muito fortes, tendo mesmo acusado o primeiro-ministro de ser o “coveiro da pátria” ao conduzir o país por “caminhos errados”, garantindo que o nosso partido tem “crédito” para aplicar as medidas “correctas”.

“Sócrates apresenta-se como o salvador da pátria. Não tenho dúvidas em afirmar que ele é o coveiro da pátria”, disse Manuela Ferreira Leite.

Segundo a Presidente do PSD, foram os sociais-democratas que há mais de sete meses denunciaram que Portugal estava em crise e que muitas das iniciativas que o Governo estava a dizer que ia tomar, não eram exequíveis para o estado em que Portugal já se encontrava.

Recusando a ideia que a situação actual do país resultaria apenas da crise



internacional, atrás da qual José Sócrates se anda há muito a esconder, Manuela Ferreira Leite referiu que um Governo que “não consegue antecipar, também não é capaz de encontrar soluções”.

Endividamento, elevadíssimos índices do desemprego, os défices externos e a queda das exportações são, para a líder do PSD a prova de que “o engenheiro Sócrates está a levar-nos por caminhos errados”.

“Acho que os portugueses começam a perceber o que é que ganharam – ou melhor, o que é que perderam! - com a eleição do engenheiro Sócrates”, sustentou Manuela Ferreira Leite, garantido que o seu partido tem “um caminho alternativo” para propor aos portugueses.

Segundo disse, o que está na agenda política do país foram todas questões denunciadas pelo PSD, alegando que o nosso partido tem “o crédito de ter sabido prever e apontar caminhos alternativos”.

Perante os militantes açorianos, Manuela Ferreira Leite considerou “lamentável” que o Estatuto dos Açores, “uma peça tão importante”, tenha sido “ensombrada”.

“Lastimavelmente esta peça tão importante foi ensombrada porque se misturaram

problemas de natureza institucional com aquilo que eram verdadeiramente os interesses dos Açores”, apontou a líder do PSD, acrescentando que “falta aos socialistas respeito pela autonomia”.

Neste âmbito, referiu-se “à forma como o PS tem tratado” a Madeira, porque “não se importaram de não respeitar a autonomia e utilizar questões partidárias para intervir junto daquela região”.

A nossa Presidente Nacional, que tinha começado por elogiar a forma como tinha decorrido o Congresso e as intensas e proveitosas discussões dos vários temas, o que só pode beneficiar o Partido e a Região.

Não esqueceu uma palavra de reconhecimento e agradecimento pelo trabalho realizado pela equipa cessante, o que

fez na pessoa do dr. Carlos Costa Neves, a quem cumprimentou, bem como a toda a sua equipa, militante, dedicada e pronta a sacrificar-se pelo Partido.

“Como não podia deixar de ser, quero deixar o meu enorme cumprimento e desejo de um futuro extremamente profícuo para os Açores e para o PSD, pelos membros agora eleitos neste Congresso, nomeadamente uma pessoa: a dr^a. Berta Cabral.

“Não tenho dúvidas algumas que a nova equipa por ela liderada, sendo como é uma pessoa com uma História no nosso Partido, com uma carreira política já confirmada, que se tem dedicado de alma e coração ao nosso Partido e em todas as áreas deu provas da sua grande capacidade, essa equipa, repito, vai ser protagonista de uma nova acção e vai protagonizar o PSD, aqui na Região Autónoma.

“O PSD Nacional está, com já é hábito, preparado para uma boa, leal e permanente colaboração com o partido Regional, que a vamos manter e fazer todos os esforços para a reforçar, até porque vamos entrar num ano complexo, de muitas eleições em que todos vamos estar envolvidos, e contamos com todos, no Continente como nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Por isso não queria deixar de dizer-lhe, Dr^a. Berta Cabral, como para nós é estimulante ver a reunião do Partido à sua volta e a elegeu com resultado tão claro e a confiança no triunfo do desafio que enfrentamos, nas eleições que se aproximam». /.../

Manuela Ferreira Leite abordou, depois, as relações do Governo Sócrates com os governos das regiões e mostrou como as autonomias estavam a ser prejudicadas por razões meramente partidárias, os Açores – entre outras coisas – pela sombra que foi lançada nas relações institucionais pelo Estatuto, que foi partidário e usado como arma politiceira e pela atitude de Carlos César, cúmplice e um dos protagonistas, mas não o único responsável. O eng^o Sócrates não soube entender o valor da cooperação estraté-

gica com o Presidente da República, as virtudes de uma boa cooperação estratégica e o mal cuja ausência isso pode trazer a Portugal e à instuição da Autonomia.

E a Madeira, que é esbulhada, atacada, minorizada, por um Governo que não quer aceitar a supremacia indiscutível do PSD e recorre a todos os golpes baixos para o seu ataque “aos nossos companheiros da Madeira, o que não podemos admitir!”

“E o pior é que neste momento em que o País está em crise, essa cooperação têm importância acrescida para ultrapassar os problemas em que estamos mergulhados”.

Mas a arrogância socialista está sempre presente, independentemente da situação do País. Em crise ou prosperidade, são sempre arrogantes, só eles é que sabem, não ouvem ninguém. E a crise, como já aqui foi dito, não resulta apenas da actual crise internacional. O eng^o. Sócrates bem tenta puxar a crise como um manto, como um “álibi” para o que está a acontecer, mas todos sabemos – E ELE TAMBÉM SABE! – que não é assim. A crise do País, já cá estava muito antes de chegar a crise financeira – a outra! – que só se iniciou no fim do ano passado.

E temos de lembrar e denunciar permanentemente aos portugueses que foi o PSD, há mais de 7 meses, que denunciou que o País estava em crise e que muitas das iniciativas de remédio que o Governo estava a tentar tomar, não dariam resultado, pois Portugal não estava à altura de as poder realizar.

“Nem nos esqueçamos da situação grave, quase dramática, em que Portugal se encontra, por causa da questão do endividamento, nem nos esqueçamos dos índices de desemprego e dos défices da balança de trocas externas e o das exportações. Todos os indicadores estão piores desde que Sócrates tomou posse.

“Assim, eu penso que os Portugueses já perceberam o que ganharam com a governação de Sócrates... Não sei se se lembram que, alguns dias depois de eu ter tomado posse, e disse que ‘não havia dinheiro para coisa alguma’, muitos rios de tinta correram à volta disse, muitas análises foram feitas, muitas críticas levantadas... e o PSD neste momento, tem a seu crédito o facto de o ter dito antes do tempo. Porque efectivamente, neste momento, nem sequer há crédito, quanto mais dinheiro!

“O PSD não se deve cansar de chamar a atenção dos Portugueses de que antecipámos o que estava à nossa espera. E o Governo, ou não foi capaz de fazer essa previsão, ou mentiu aos Portugueses. O que é grave: é grave que o Governo minta e é igualmente grave que não consiga compreender os sinais e antecipar as dificuldades. Isto, porque Governo que não consegue prever, também não consegue resolver! E se não consegue resolver, como podemos acreditar que conseguirá resolver os nossos problemas?





“E o PSD, neste momento, tem o crédito de ter antecipado, de ter previsto, de ter dito rigorosamente aquilo que ia acontecer – e que aconteceu ao fim de alguns meses – e que não teria acontecido com esta gravidade, se o Governo, quando nós fizemos a previsão, tivesse feito as necessárias correcções necessárias. Como as não fez, estamos pior do que estaríamos... e agora está na situação tremenda de considerar que o eng^o Sócrates sabe, tem ideias, sabe muito bem para onde vamos e não ouve ninguém – a apresenta-se como o Salvador da Pátria!

“Mas eu não tenho qualquer dúvida em afirmar que ele não é o Salvador da Pátria, mas que é, isso sim, o COVEIRO DA PÁTRIA!”

“É coveiro da Pátria porque nos está a levar por caminhos errados. A forma como está a enfrentar a crise é uma forma errada. E o PSD já demonstrou que é uma forma errada, que o descabro não é uma fatalidade e que há formas alternativas de recuperar Portugal da crise.

“Não é possível que o nosso País, diferentemente do que acontece nos outros, não tenha solução para os seus problemas. Tem, com certeza, solução! Mas não pelo caminho que está a ser seguido, – e que é não o único! Há outros... – caminho esse que como se vê pelos resultados, está errado. E, pior que isso, o Governo insiste os mesmos erros! Não pode ou não quer perceber que para obter outros resultados, tem de mudar de caminho. Nessa mudança, talvez vá seguir as nossas propostas (e algumas vezes já o tem feito de forma camuflada, apresentando-as como sendo furto dos seus crâneos...) o que é muito mau para o País, por o fazer de forma envergonhada e atrasada. Se o tivessem feito no tempo próprio, teria sido útil!

“Mas o PSD não vai deixar de afirmar e de continuar a demonstrar que, o que está na agenda política de Portugal, o que realmente está em discussão, os problemas que o País enfrenta, foram todos, todos, sem excepção, denunciados pelo PSD. Ou seja, temos o crédito de ter sabido prever! E quando previmos, também apontámos caminhos alternativos.

“Os Portugueses sentem agora que nós tínhamos razão, e vão passar de certeza a ouvir-nos, nas propostas que temos de fazer e nos caminhos alternativos que lhes apontamos.

“Nós temos de defender o emprego e lutar contra esta chaga nacional que é o desemprego. E o que faz o PS nesta matéria? Pretende ajudar as Empresas, abrindo-lhes linhas e crédito a toda a hora... Mas as Empresas já estão muito endividadas e – portanto – oferecer-lhe mais dívidas é a última coisa que lhes poderíamos fazer. O que deveríamos fazer era pagar-lhes aquilo que o Estado lhes deve. Se o Estado o fizer, não precisa de as mandar ao crédito! Eles recorrerão aos fundos que lhes são devidos. O PS olha isto exactamente ao contrário e eu lamento dizer que o motivo básico que leva o Partido Socialista a seguir esta política, é que assim ELE ESCOLHE QUEM AJUDA! O PSD não escolhe quem ajuda...”

“A política que o PSD pretende seguir é ajudar todos e cada um, provavelmente não com muito, mas com aquilo que o País pode dar. E ajudar TODOS. As famílias, as pequenas, médias e micro-



empresas. Ajudar todos!

“O PS diz que vai ajudar muito, mas apenas meia dúzia. É uma grande diferença de orientação política, entre o PS e PSD!

“Portanto, nós vamos todos trabalhar no sentido de demonstrar aos Portugueses que o PS em nada beneficiou as pessoas; que estamos hoje muito pior que no início do “reinado” – da legislatura – do eng^o Sócrates. Que tínhamos razão. Que falámos verdade e assim somos o Partido que tem o crédito para que seja dada a confiança, para aplicarmos as medidas que são correctas e não as que têm estado a ser seguidas.

“Se continuarmos por este caminho – o do Partido Socialista - não temos recuperação...”

“Mas nós pensamos que os Portugueses vão ter a consciência de que temos um projecto alternativo correcto! Que altera a rota desastrosa que estamos a seguir; que não é uma fatalidade Portugal empobrecer; que tem de ser um desafio ganhador, ver Portugal enriquecer; que não somos diferentes dos outros, mas antes que somos sérios, honestos, falamos verdade e transmitimos confiança.

“E se há coisa em que o nosso País está em crise, é numa crise de Confiança.

E estamos certos que conseguiremos transmitir essa confiança – e não é, certamente, o eng^o Sócrates que o vai conseguir!

“Nessa luta que vamos enfrentar, no processo eleitoral deste ano, tenho poucas dúvidas que os portugueses vão entender que estão pior do que estavam, que é necessário mudar e que existe apenas uma alternativa. E que essa alternativa é o Partido Social-Democrata!

“Contamos com todos e todos podem contar comigo. Vamos lutar sem desfalecer neste combate, que é feito em nome dos Portugueses e de Portugal

“Viva o PSD! Viva Portugal!”

Alguns pontos da entrevista à RTP1, conduzida por Judite de Sousa (Grande Entrevista)

Em entrevista à RTP1, Manuela Ferreira Leite afirmou que apoia “categóricamente” a candidatura de Pedro Santana Lopes à presidência da Câmara de Lisboa, “da mesma forma” que está convicta de que tem o apoio do ex-

primeiro-ministro nas legislativas.

Quanto à candidatura de Pedro Santana Lopes, Manuela Ferreira Leite argumentou que as divergências entre os dois foram relativas aos cargos de primeiro-ministro e de presidente do PSD, questão que ficou resolvida com as directas e o Congresso do ano passado.

“Tem credibilidade para presidente de Câmara por vários motivos. Em primeiro lugar já foi presidente de câmara, em segundo lugar fez obra enquanto presidente de câmara, em terceiro lugar está disponível e em quarto lugar ele é o melhor candidato do PSD para a Câmara Municipal de Lisboa”, considerou.

Manuela Ferreira Leite assinalou que Santana Lopes aceitou outro dos critérios da direcção do PSD para as eleições deste ano, “que é a incompatibilidade total entre candidatar-se a uma autarquia e a deputado”.

“Não há aqui nenhuma atitude envergonhada da minha parte, porque eu apoio categoricamente o dr. Pedro Santana Lopes para a Câmara de Lisboa, da mesma forma que estou convicta que ele me apoiará nas eleições legislativas”, afirmou.

Relativamente à continuidade na Presidência do PSD, Manuela Ferreira Leite disse que lhe dá “vontade de rir” admitir uma demissão “por causa de sondagens ou porque havia um militante que não gosta dela por motivos de natureza pessoal”.

“Será esta direcção – a minha Direcção - que vai às eleições”, afirmou.

Quanto ao calendário eleitoral, a presidente do PSD apenas contestou o cenário de eleições legislativas antecipadas.

“E vou para ganhar”, disse, lembrando que “ganhar é ganhar, nem que seja por um voto!”, sublinhou, garantindo que se formar Governo, não se lançará em grandes projectos públicos sem uma cuidadosa avaliação, que seja muito positiva em termos de custo-benefícios. Assim, seria imediatamente suspenso o investimento na rede ferroviária de alta velocidade (TGV)

Manuela Ferreira Leite considerou que “na situação actual do País, que está com um nível de endividamento absolutamente incomportável, não é possível fazer investimentos – sejam eles quais forem – que impliquem grandes importações”.

A presidente do PSD disse que esta-

rá “sempre contra” investimentos cujo benefício “não tenha nada a ver com a produção nacional, porque vai ser tudo importado, nem com a mão-de-obra nacional, porque vai ser toda importada”.

Questionada pela jornalista da RTP sobre a que projectos estava a referir-se, Manuela Ferreira Leite respondeu: “Se insiste e quer que eu lhe diga um, eu dir-lhe-ei que sendo Governo apontarei imediatamente o TGV”.

“Não avançarei com o TGV porque é um investimento que tem uns custos presentes e futuros de tal forma violentos para o País que não são comportáveis com o nosso nível de endividamento. Eu gostaria imenso de viver num palácio, acontece que não posso porque não tenho dinheiro para isso”, acrescentou.

Manuela Ferreira Leite disse não ter tido acesso às contas de custo/benefício da alta velocidade mas alegou que “para que o investimento do TGV fosse rentável era necessário que houvesse um tráfego para Madrid que correspondesse a uma saída de um avião, de sete em sete minutos”.

“Não temos nenhuma empresa em Portugal que produza as componentes e tudo aquilo que vai ser a construção do TGV”, salientou.

À pergunta “se a sua oposição se estendia à linha Porto-Vigo”, respondeu: “Eu estou a incluir todo aquele processo que implique maior endividamento para o País”.

Outro assunto abordado foi o desemprego e a presidente do PSD disse que infelizmente, era de esperar “um agravamento da taxa de desemprego” e que “é bem possível que ela suba mais de um ponto ou dois. Pode atingir os dez por cento e se não atingir os dez por cento é porque existe muito artifício”, previu.

Na entrevista à RTP1 Manuela Ferreira Leite voltou a defender que, “se há folga orçamental”, como diz o Governo, “essa margem deve ser utilizada para baixar impostos e não para aumentar a despesa”, defendendo em concreto uma redução da taxa social única e do IRS.

A presidente do PSD recordou que o seu partido propôs durante o debate do Orçamento do Estado para 2009 a “redução da taxa social única porque é um custo do trabalho” em “um por cento”.

“Neste momento, se houver margem, porque é que não baixa dois ou três ou quatro? Pode baixar”, defendeu.

“Se a margem pelos vistos é de 0,8 ou de 0,9, portanto são muitos milhões de euros, eu admitiria a hipótese, por exemplo, de mexer no IRS”, acrescentou, considerando que seria “uma forma de ajudar a que as famílias tivessem um rendimento disponível superior”.

Questionada sobre de que forma reduziria o IRS, Manuela Ferreira Leite defendeu “que devem ser feitos cálculos sérios, ponderados, saber quais são as consequências em termos de perdas de receita das diferentes fórmulas de mexer no IRS”.

“Não faço demagogicamente aqui nenhuma afirmação nem vou propor algo que não possa ser exequível. Não é possível fazer as contas sem sabermos quais são os escalões em que se está a mexer e nós não temos – não nos foi disponibilizada -essa informação!

– Fonte: PL, RTP1



Mais uma trapalhada: Sócrates anunciou ir criar um Banco de Células Umbilicais... que já está criado!

O deputado do PSD Fernando Santos Pereira acusou, hoje o primeiro-ministro, José Sócrates, de ter anunciado a criação do Banco Público de Células do Cordão Umbilical, “quando ele já existe no Porto”.

“O Banco Público de Sangue do Cordão Umbilical já existe. É o Lusocord. Funciona no Centro de Histocompatibilidade do Norte. É do conhecimento dos Serviços de Sangue e Transplantação, portanto do Ministério da Saúde, portanto do Governo”, afirma o parlamentar, em pergunta dirigida ao primeiro-ministro.

Fernando Pereira recorda que José Sócrates anunciou quinta-feira, no discurso de abertura do Debate Quinzenal sobre Saúde que era “decisão do Governo criar o Primeiro Banco Público de Células do Cordão Umbilical”.

“Quando ouvi fiquei um pouco perplexo, pois tinha ideia que já existia um Banco Público de Sangue do Cordão Umbilical, de âmbito nacional, localizado no Porto”, afirma.

Sublinha que “tinha conhecimento de recolha de amostras de sangue do cordão umbilical, que tinham sido efectuadas por esse serviço, criado pelo Ministério da Saúde”.

No requerimento, salienta que, “embora não duvidando da palavra do primeiro-ministro, mas pensando igualmente não estar enganado”, fez uma pesquisa e, efectivamente, encontrou o Serviço, que tem site na Internet enquanto tal, tendo já feito recolha de células.

Na “pergunta ao Governo”, o parlamentar pergunta se “é ou não é verdade que já existe um Banco Público de Sangue do Cordão Umbilical?”

“Conhece o folheto informativo do referido Centro?”, questiona.

“Não acha o Senhor Primeiro-Ministro abusivo, anunciar, a criação de algo que já existe e a funcionar exactamente nas mesmas condições dos privados?”, insiste.

Em declarações à Lusa, Fernando Pereira disse que a única coisa que o Governo pode anunciar “é a conclusão de legislação sobre a actividade do Banco Público”, a qual - de resto - deve abranger os dois privados já existentes.

O site oficial do Lusocord na Internet refere que o Banco Público de Sangue de Cordão Umbilical, é de âmbito nacional, e que “deverá receber as dádivas de sangue do cordão umbilical (SCU) de todas as mães que o queiram doar para uso em transplantação e investigação”.

A verdade é que o Governo praticamente abandonou o Lusocord à sua sorte, ficando totalmente dependente do Centro de Histocompatibilidade do Norte, de tal forma que já corre na Internet uma petição para que esta situação seja resolvida. Transcrevemos o teor da referida petição:

Destinatário: Primeiro-ministro e Ministério da Saúde

Petição pelo Financiamento do já existente LUSOCORD - BANCO PÚBLICO DE CÉLULAS DO CORDÃO UMBILICAL

A APLL - Associação Portuguesa de Leucemias e Linfomas, com sede na Estrada Interior da Circunvalação, nº 6667, 4200-177 Porto, congratula-se pelo anúncio do Primeiro Ministro para criação do BANCO PÚBLICO DE CÉLULAS DO CORDÃO UMBILICAL.

Contudo, temos conhecimento de que já existem equipadas há mais de 2 anos as instalações do LUSOCORD (BANCO PÚBLICO DE CÉLULAS DO CORDÃO UMBILICAL), no Centro de Histocompatibilidade do Norte, sem que, depois dos esforços iniciais da Organização Portuguesa de Transplantação (actual ASST) tenha sido dada continuidade ao financiamento e operacionalização do mesmo.

Temos, também, conhecimento das inúmeras notícias que têm pressionado a criação de um Banco Público de criopreservação, enquanto o existente se encontra parado.

Acompanhamos inúmeros doentes que necessitam de transplante de células



progenitoras, que têm de ser procuradas no estrangeiro, com a demora que isso implica e o prejuízo para os doentes.

Constatamos que o BANCO PÚBLICO DE CÉLULAS DO CORDÃO UMBILICAL se integra no grupo da LUSOTRANSPLANTE e do CEDACE, que construiu em tempo recorde um dos maiores registos europeus de dadores de medula óssea.

Constatamos, também, que a maior parte dos dadores CEDACE que estão a ser colhidos a nível Nacional, já se destina a doentes estrangeiros.

Verificamos que a capacidade das nossas instituições públicas da LUSOTRANSPLANTE se está a perder quanto à criopreservação do sangue dos cordões umbilicais que os nossos doentes tanto precisam.

Tendo sido contactados por pais que pagam o congelamento do sangue do cordão dos filhos em bancos privados, os disponibilizariam para uso público, nos nossos doentes, se o BANCO PÚBLICO DE CÉLULAS DO CORDÃO UMBILICAL - LUSOCORD estivesse em funcionamento. Vimos transmitir a nossa grande preocupação pela paralisação do investimento no LUSOCORD - BANCO

PÚBLICO DE CÉLULAS DO CORDÃO UMBILICAL e a demora na atribuição dos necessários subsídios para a congelação dos Sangues do Cordão Umbilical, que aguardamos há mais de 2 anos, enquanto assistimos às graves evoluções dos nossos doentes.

Vimos solicitar uma imediata resolução quanto ao financiamento, que permita a operacionalização do BANCO PÚBLICO DE CÉLULAS DO CORDÃO UMBILICAL, LUSOCORD.- PL, Internet: <http://www.peticiao.com.pt/lusocord>

PSD acusa Mário Lino de “desprezar a situação do País” ao manter o investimento no TGV

O PSD acusou hoje o ministro das Obras Públicas, Mário Lino, de desprezar a situação do país e os encargos futuros do Estado ao querer manter o investimento na rede ferroviária de alta velocidade (TGV).

Em declarações aos jornalistas, no Parlamento, o vice-presidente do PSD José Pedro Aguiar Branco considerou ainda que Mário Lino é “a última pessoa que tem autoridade para falar sobre credibilidade”.

Aguiar Branco respondeu desta forma às afirmações do ministro das Obras Públicas sobre a oposição da presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, ao investimento no TGV.

Segundo o dirigente social-democrata, ao querer manter esse investimento o ministro das Obras Públicas “pelos vistos não dá importância às alterações de circunstâncias graves que aconteceram no país, que hoje são completamente distintas das que eram há uns anos”.

“E não se preocupa com os encargos que o Estado assume para futuro, e que podem hipotecar gerações e gerações de portugueses no futuro”, acrescentou Aguiar Branco, rematando: “Eu diria que o senhor ministro Mário Lino perdeu uma boa oportunidade para estar calado”.

O vice-presidente do PSD reiterou a opinião manifestada por Manuela Ferreira Leite em entrevista à RTP1, na quinta-feira, contra o investimento na rede de alta velocidade na actual situação do país. “Sendo Governo riscarei imediatamente o TGV”, prometeu a presidente do PSD.

“O que ontem a dra. Manuela Ferreira Leite disse é muito claro: As circunstâncias actuais apontam para uma necessidade de se ter muito cuidado com investimentos que hipotecam as gerações futuras. O TGV é seguramente um deles”, defendeu Aguiar Branco.

Ainda em resposta ao ministro das Obras Públicas, o ex-ministro da Justiça alegou que “a última pessoa que tem autoridade para falar sobre credibilidade é o ministro



Mário Lino”.

“É seguramente o ministro que mais vezes tem sido desautorizado pelo senhor primeiro-ministro, é o ministro que mais problemas e trapalhadas tem causado a este Governo, é o ministro que mais vezes, seguramente, tem dito uma coisa hoje e o seu contrário no dia seguinte”, sustentou, lembrando o “episódio do ‘jamé’”, relativo à localização do novo aeroporto.

O ministro das Obras Públicas acusou hoje a presidente do PSD de falta e credibilidade para propor a suspensão da rede de alta velocidade, afirmando que o projecto do TGV foi apoiado por Manuela Ferreira Leite quando era ministra das Finanças e Mário Lino, despudoradamente, esqueceu-se de mencionar as diferenças abissais entre a situação económica e financeira da altura e as actuais!

“Essas declarações são uma prova clara da sua total falta de credibilidade”, considerou Mário Lino, em declarações à agência Lusa.

No debate quinzenal com o PM no Parlamento

O líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, considerou hoje que o INEM e a Linha Saúde 24 têm tido um “funcionamento caótico” e questionou hoje o primeiro-ministro, José Sócrates, sobre o assunto, sem obter resposta.

O líder parlamentar do PSD iniciou a sua intervenção no debate quinzenal no Parlamento classificando o discurso do primeiro-ministro como “mais um daqueles seus intervalos parlamentares publicitários” e perguntando “se há algum português em casa que ache que hoje, em 2009, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) está melhor do que estava há quatro anos”.

“Não falou de nenhum problema concreto com que os portugueses se debatem nos serviços de saúde, do encerramento de serviços de atendimento permanente e das urgências, não falou no funcionamento caótico do INEM, como ainda agora se viu com a perda de mais de 135 mil chamadas durante o ano”, apontou Paulo Rangel, considerando que “viu-se recentemente durante a crise da gripe o funcionamento caótico em que esteve também a Linha Saúde 24”.

“Sobre isto, nem uma palavra”, assinalou, insistindo: “Que contas presta o Governo sobre a actuação caótica do INEM, sobre a actuação caótica da Linha Saúde 24, sobre as ambulâncias?”.

O líder parlamentar do PSD quis ainda saber se o Governo vai “manter em vigor o artigo 6º do decreto-lei 26/2008, que diz que todos os serviços dos centros de saúde encerrarão à noite a partir das 20 horas e aos fins-de-semana”, defendendo que “isso não funciona, como se viu na crise da gripe”.

No final do frente-a-frente com o primeiro-ministro, Paulo Rangel reiterou a proposta do PSD de redução da taxa social única em um por cento e acusou o Governo de “desbaratar os recursos comunitários” destinados à agricultura.

E, a dada altura, Rangel, (algo exasperado pelas constantes esquivas do PM a dar respostas concretas aos deputados e a refugiar-se em tiradas dialécticas e despropositadas – tendo perguntado “quando é que o PSD aprende a fazer propostas”) disse: ...E quando é que o Senhor Primeiro Ministro aprende, finalmente, a dar respostas às perguntas dos Deputados?».

PSD contra “ajustes directos” de Obras, Compras e Serviços

O PSD considerou hoje que o regime de ajuste directo que o Governo vai aprovar para obras de até cinco milhões de euros promove “a abertura à corrupção, ao amiguismo e ao eleitoralismo”.

Em declarações aos jornalistas, no final do debate quinzenal no Parlamento, o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, voltou a defender, como alternativa, “um simplex para os concursos públicos, com prazos menores e com algum aligeiramento de formalidades”.

O PSD vai formalmente propor “uma simplificação dos concursos públicos” através de propostas de alteração ao regime do Governo durante a sua apreciação parlamentar ou de um diploma autónomo, adiantou.

Segundo o líder parlamentar do PSD, “o Governo converteu os ajustes directos em regra e não em excepção” e “joga um pouco no facto de não se conhecer exactamente a proposta, com todos os seus contornos, para tentar minorar alguns danos desta abertura ao favorecimento, à corrupção, ao amiguismo, ao eleitoralismo que significa o ajuste directo para um conjunto vasto de obras”.

Questionado pelos jornalistas, Paulo Rangel desvalorizou a afirmação feita hoje pelo primeiro-ministro, José Sócrates, de que o regime a aprovar pelo Governo apenas dispensará de concurso público obras em escolas e projectos de eficiência energética em edifícios públicos.

“Seja como for, se estamos a falar num plano relativamente à crise, significa que é para o grosso das obras que visam combater. É para a agenda contra a crise, estamos a falar de imensas obras. Cinco milhões de euros é um valor que grande parte das obras públicas em Portugal não atinge”, salientou.

“O PSD já anunciou, na quinta-feira, pela minha voz, que vai pedir a apreciação parlamentar deste diploma”, lembrou, acrescentando que isso será feito “assim que o diploma seja aprovado” em Conselho de Ministros, o que deverá acontecer esta semana.

Paulo Rangel afirmou que o PSD quer “evitar que esta regra do ajuste directo entre em vigor” e defende, como alternativa, que os concursos públicos sejam “aligeirados” e possam ser feitos “em prazo urgente e breve, para que tenham efeito rapidamente, mas que esse efeito não prejudique as regras do concurso”.

“Este Governo fala tanto em simplex, poderia ter feito um simplex para os concursos públicos, com prazos menores e com algum aligeiramento de formalidades e mantinha os concursos. É absolutamente inaceitável que se tenha avançado nesta lógica do ajuste directo”, criticou.

De acordo com o líder parlamentar do PSD, “isso é contra a imparcialidade, contra o princípio da igualdade, contra o princípio da concorrência, que estão na Constituição” e “é duvidosa a constitucionalidade dessa medida, porque sobrepõe a ideia de eficiência à ideia de concorrência”. – Fontes: Lusa, Canal Parlamento





Intervenção de

José Pedro Aguiar-Branco, sobre documentos estruturantes das Forças Armadas Portuguesa



Senhor Presidente, Senhor Ministro,
Senhoras e Senhores Deputados

1. A Assembleia da República discute hoje três documentos estruturantes das Forças Armadas Portuguesas: a Lei da Defesa Nacional, a Lei Orgânica de Bases de Organização das Forças Armadas e o Regulamento de Disciplina Militar.

As Forças Armadas Portuguesas são uma instituição fundamental no nosso Estado de Direito Democrático.

A sua história secular e os valores supremos que prosseguem - de defesa incondicional do território, do povo e da nação portuguesa - constituem um património essencial da nossa identidade, transmitido de geração em geração, que se traduz num fio condutor que está muito para lá dos actores que, circunstancialmente e em cada época, têm os comandos políticos do destino do país.

Há instituições que, pelos valores de que são testemunho, consubstanciam os pilares de suporte de um Estado harmonioso e equilibrado na gestão dos vários poderes que o compõem. São essas instituições que criam as condições para o desenvolvimento pacífico de uma sociedade que a leve à realização dos seus desígnios.

E a condição primeira para essa realização é a liberdade. A Liberdade individual e colectiva, assente no conhecimento que dá sentido à existência e à afirmação da dignidade do ser humano.

A Justiça, as Forças Armadas e a Educação confluem, assim, na afirmação de um país que se quer livre: pela igualdade de todos perante o primado da lei - que assegura o estado de direito;

pela segurança de todos no contexto das nações - que garante a identidade como povo soberano e, finalmente, pela elevação do saber - que impede a alienação que escraviza.

Prestigiar os agentes referenciais dessas instituições - magistrados, militares e professores - deve, por conseguinte, constituir uma linha orientadora de qualquer governo

- que verdadeiramente deseje a afirmação de uma sociedade que possa gritar de “pulmões cheios” que é livre,
- que confie que esta liberdade será tanto maior quanto menor for a dimensão tutelar e paternalista do Estado que condiciona, controla, orienta, limita e pressiona as escolhas de cada um.

Numa sociedade livre e personalista, com verdadeira dimensão social, o Estado deve ter o papel fundamental de regulador aperfeiçoando todos os mecanismos que distorçam anormalmente a livre concorrência ou eliminando os que conduzam à exclusão dos mais fracos.

Mas cavalgar, como fez o governo, oportunisticamente, a confusão entre Estado regulador e Estado interventor, abusando intencionalmente deste com base na justificada necessidade daquele, é trilhar com redobrado empenho os caminhos da cada vez mais sentida claustrofobia democrática.

Os reflexos dessa dimensão claustrofóbica sentiram-se, num primeiro momento, na dimensão institucional da justiça - com o desprestígio ínsito na insinuação de que os magistrados seriam preguiçosos -, prosseguiu e persiste na da educação - com a desconsideração dos professores na comunidade escolar - e temia-se que se pudesse alastrar à das Forças Armadas, confundindo a função especialmente qualificada - e consagrada constitucionalmente - dos militares com a actividade regular de funcionário público.

Não alinhamos com aqueles que incapazes de ver para lá do horizonte do efémero momento em que exercem o poder não sabem respeitar a dimensão institucional que está para lá dos homens, sobretudo quando esta guarda os valores que impedem que uma sociedade se desestruture e deixe de ser fiel aos princípios que conduzem ao bem estar e à coesão de um povo.

Tratar mal a Justiça e os magistrados é contribuir para fragilização da autoridade do Estado que potencia a anarquia.

Tratar mal a Educação e os professores é contribuir para desqualificação do ensino que compromete a capacidade competitiva do país, presente e futura.

Tratar mal as Forças Armadas e os militares é colocar em risco a segurança das pessoas, a capacidade de afirmação do país em matéria de política externa e menorizar os valores por excelência da dedicação e do serviço pela causa da Pátria.

Felizmente, o Senhor Ministro da Defesa, ao arrepio de como o Governo actuou na Justiça e na Educação, fez um esforço sério, nos diplomas que hoje serão sujeitos a votação para estar à altura das responsabilidades que a matéria suscita.

O PSD reconhece e saúda o Ministro da Defesa Nacional por esse esforço.

2. As FA são o garante da defesa e da preservação dos valores fundamentais e dos interesses nacionais. A segurança nacional, assim perspectivada, transcende em muito o debate político. No limite, está em causa a sobrevivência da Nação.

Daqui se retira que quaisquer normativos legais sobre a organização e funcionamento das FA requerem a maior prudência e devem ser tratados como de relevância decisiva para o País.

As reformas a efectuar nas Forças Armadas devem ir ao encontro do objectivo da eficiência para o cumprimento das várias missões que lhe estão confiadas. Eficiência que, diga-se, tem sido amplamente reconhecida nos diversos teatros de operações onde as nossas Forças Armadas têm intervindo o que muito tem contribuído para o prestígio da própria instituição e para a imagem de Portugal no estrangeiro.

O reforço do objectivo de eficiência, que dê valor acrescentado à operacionalidade das forças e promova uma adequada racionalização dos meios, não deve perder de vista que é, também, condição de eficiência o equilíbrio interno relativo dos diversos ramos, que passa pela não desqualificação dos órgãos de tomada de decisões colectivas que contribuem, seguramente, para uma melhor qualidade de decisão das matérias que lhe devem ser confiadas.

O reforço do objectivo de eficiência, que se deseja, buscando nas experiências

estrangeiras a sua fonte de inspiração, não deve, ainda, ignorar a cultura própria que caracteriza a nossa identidade, cimentada num passado secular que é o sal e a pimenta de uma mentalidade que privilegiando a intervenção dos diversos ramos tem sabido conciliar o sentido de unidade que favorece a operacionalidade, como disse, amplamente elogiada, dentro e fora do país.

Parece, assim, ser conveniente assegurar o adequado equilíbrio entre as competências do MDN e as dos órgãos militares de comando das FA, garantindo que as competências atribuídas a cada um deles se ajustem perfeitamente aos respectivos níveis e âmbitos de actuação. Neste sentido, assumem particular relevância os órgãos consultivos previstos, nomeadamente o Conselho Superior Militar, no nível político-militar, e o Conselho de Chefes do Estado Maior, no nível estratégico-operacional, onde o CEMGFA, agora investido de poderes acrescidos, emerge como elemento preponderante.

O equilíbrio reside mais precisamente no CSM e no CCEM, uma vez que a conceptualização e o emprego de forças militares não pode dispensar uma cuidada reflexão política e militar, nem o conhecimento específico que reside nos órgãos referidos.

3. Os alicerces “de facto” das FA são os três Ramos: Marinha, Exército e Força Aérea. São os Ramos que, numa forma individualizada, ou conjunta, asseguram o desempenho de todas as missões, que se fundamentam num saber centenário, o qual lhes confere identidade própria. No nosso País, as missões particulares de cada Ramo têm expressão significativa.

Daí que, na especialidade, aspectos ligados, por exemplo, na LOBOFA, directa ou indirectamente, às atribuições do Conselho de Chefes de Estado-Maior e a algumas competências específicas dos Chefes de Estado-Maior devem, ainda, merecer um aprofundamento tendo em vista viabilizar o maior consenso possível que honre uma lei verdadeiramente estruturante para as Forças Armadas portuguesas.

É com o sentimento de que há abertura para, na especialidade, se desenvolver trabalho que vá ao encontro do que referi - e que nessa sede resultará um efectivo enriquecimento dos dispositivos legais - que o PSD votará favoravelmente todos os diplomas apresentados.

Disse



Intervenção de

José Eduardo Martins sobre Contratos Públicos

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

Se dúvidas houvesse o PM confirmou ontem (no debate quinzenal com o 1º Ministro) que o Governo tem um sério problema de transparência na gestão dos recursos públicos e uma obsessão com a gestão de imagem.

O tema é, naturalmente, a chocante insistência no ajuste directo para obras públicas até 5 milhões de euros apesar do mal explicado flic flac à rectaguarda que ontem o Primeiro-Ministro ensaiou no Parlamento para atenuar a reacção de repulsa que o anúncio do início de Janeiro suscitou de forma generalizada.

O PS já ganhou com esta iniciativa o concurso do despudor mas está sempre apostado em fugir de todos os outros.

Senão vejamos:

O Governo começou por demorar anos a aprovar o Código dos Contratos Públicos.

Depois de múltiplos avisos da Comissão, o prazo de transposição das directivas que acabava em 2006, o Governo aprovou o Código dos Contratos Públicos em 2008.

Tão a contragosto o fez, que voltou a passar ao lado das directivas europeias i) com a exclusão expressa das empresas públicas no Artigo 3º,

ii) com valores definidos para o ajuste directo cuja apreciação deixou Bruxelas foi, segundo o autor do projecto, e cito muito apreensiva e mereceu do Presidente do Tribunal de Contas o seguinte comentário a propósito da elevação de do montante do ajuste directo para 150.000 Euros – recorde onde agora o Governo – quer 5 milhões.

“Parece-nos, no entanto, dever fazer uma chamada de atenção quanto ao facto de no projectado Código o procedimento do ajuste directo ter uma aplicação muito generosa, o que, do nosso ponto de vista,



pode fazer perigar o princípio da concorrência, outros princípios gerais da actividade administrativa que cumpre acautelar e, em última instância, o interesse público e o princípio da economia que lhe está associado. Neste ponto, a experiência do Tribunal de Contas aconselha a cuidados especiais em nome da racionalidade e da economia de meios.

Se dúvidas houvesse basta ver a catadupa de contratos e entorses legislativos que precedeu esta aprovação a contragosto:

- As excepções para a Frente Ribeirinha do Tejo;
- A não aplicação do CEP às Redes de Alta Velocidade;
- A distorção das Cartas de Conforto para os concursos públicos internacionais;
- O chocante caso dos Contentores de Alcântara.

Mas afinal porque é este Governo tão avesso ao tratamento da coisa pública com encomenda pública?!

Porque convive este Governo tão mal com a concorrência?

- A concorrência e os concursos públicos servem para baixar o preço que o Estado paga;
- A concorrência e os concursos públicos garantem a igualdade de oportunidades aos agentes económicos;
- A concorrência e os concursos públicos combatem o cambalacho e a corrupção;

O Ministro Silva Pereira veio defender que se tratava de aligeirar a burocracia para alavancar o crescimento económico em tempo de crise e o seu Camarada João Cravinho.

Respondeu e cito: “Com a ausência de burocracia se enchem os bolsos de muita gente.” Lapidar a declaração deste reformado de luxo vítima no seu partido dos temas do combate à corrupção...

O mesmo Ministro quis dizer, há menos de oito dias, que a medida tinha por objectivo estimular a economia em tempo de crise e os responsáveis de todas as associações da área da construção, alegadamente os beneficiados vieram logo a correr desmentir.

Está bom de ver que quando entre outras se pretendia alterar a norma sobre

o impedimento de não realizar ajustes directos nos dois anos seguintes com os mesmos protagonistas se quer abrir a porta a que sejam justamente sempre os mesmos e pior ainda à velha pratica do fraccionamento... perspectiva naturalmente arrepiante para os empreiteiros honestos.

Citando o autor do Código “esta alteração é muito perigosa e o ajuste directo é contrário ao princípio da concorrência que contém em si a resposta decisiva em tempo de crise”.

Foi isto que todos disseram na última semana, da esquerda à direita, fiscalistas empresários, agentes políticos.

Mas mais ainda e bem ao estilo das últimas semanas, o que o Ministro Silva Pereira disse há uma semana foi ontem desmentido pelo Primeiro-Ministro ao restringir a aplicação do favor à construção de escolas e projectos de eficiência energética.

Em menos de uma semana o Governo semeou o vento e como colheu a tempestade veio ontem querer fazer de conta que nada tinha sido dito... tudo vale até a mais despudorada mentira, ele é o Orçamento que foi entregue em Setembro, ele são os objectivos do deficit das contas publicas que o Ministro das Finanças agora revê semanalmente e agora, também numa semana, o ajuste directo que era para todos é afinal só para alguns.

Pior a emenda que o soneto. Na ânsia de disfarçar o passo em falso, na sua incapacidade de admitir o erro, o Governo à beira do precipício deu um passo em frente.

Para não perder a face quando a razão já se foi, o Governo restringe o atropelo das regras comunitárias a dois dos sectores que mais dependem do financiamento comunitário.

Cumpram então perguntar o que é feito da “auditoria de grande envergadura” de que falou o Ministro Nunes Correia sobre a aplicação das regras da contratação pública.

O Governo, que diz ter alinhado com as regras de Bruxelas, vai garantir então a derrogação das directivas comunitárias? Para um PM que já se atribui a capacidade de baixar as taxas de juro, nada é impossível nem o limite do ridículo.

Está talvez na altura de começar o QREN, cuja miserável execução é a verdadeira razão do falso sucesso das contas públicas e da falta de liquidez na economia portuguesa.





Intervenção de

Miguel Santos sobre Segurança Social e Justiça Social

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

A realidade social, económica e financeira do País é grave.

Não se vislumbra, para infelicidade dos portugueses, nenhum sector da actividade do país que esteja a desenvolver-se e cujo futuro seja promissor.

O saldo, após 4 anos de governação socialista, é de um desastre.

Todos os analistas o dizem, todos os cidadãos o sentem no dia-a-dia da sua luta pela melhor sobrevivência.

Até Mário Soares já lançou, por diversas vezes, avisos à navegação socialista.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Assistimos, no início desta Legislatura, às performances de um Primeiro-ministro que dizia tudo saber e que tudo prometia.

Tudo se ia resolver pelo melhor. As finanças, a economia, a saúde, a justiça, a educação, enfim, o Senhor Primeiro-ministro para tudo tinha solução milagreira.

Hoje, acrescentamos a crise internacional à crise nacional provocada pela desastrosa política socialista.

Hoje, temos os diversos sectores da sociedade desgastados e estagnados por este Governo.

A verdade é que a justiça continua lenta e desorganizada. Das medidas anunciadas e aprovadas para o sector só se sabe que a sua implementação foi adiada; veja-se o mapa judiciário.

A educação encontra-se numa situação de caos, sem ordem, sem regra; o sistema educativo trabalha para as estatísticas e não para os alunos e está em pé de guerra contra a teimosia e a prepotência do Governo.

A saúde funciona mal e não garante a assistência dos cidadãos na doença; as finanças engordam com a asfixia das empresas e das famílias.

A economia está depauperada, abandonada, carente dos milhões e milhões que o Governo lhe deve.

Grita o governo que a culpa é da crise financeira internacional. Grita o mais que pode para que os portugueses interiorizem a mensagem. Mas, todos nós sabemos que assim não é. O mal, a inoperância e a desordem vêm de antes. A responsabilidade é deste Governo e desta

maioria socialista que durante 4 anos permitiram que a economia estagnasse.

Este Governo levou o endividamento do País até limites nunca atingidos, provocou o colapso da economia, lançou milhares de portugueses para a pobreza.

Somos diariamente confrontados com mais e mais encerramentos de empresas e mais e mais desempregados.

O Banco de Portugal, sempre a propósito, sempre oportuno, vai interrompendo os seus silêncios com mensagens optimistas, cúmplice da propaganda do Governo, ou, quando a situação económica já não o permite, utilizando uma linguagem cândida e cirúrgica. À beira do abismo foi obrigado a reconhecer um aumento brutal da taxa de desemprego para 2009.

O Instituto do Emprego e da Formação Profissional, tornado o braço armado do Ministério do Trabalho, desgasta energias e recursos a controlar ficheiros a eliminar inscrições para emprego; o importante é iludir a realidade estatística, não relevando que, nos meses seguintes, os mesmos desempregados voltem a inscrever-se num movimento circular que a nada leva.

O IIEFP devia estar ao serviço dos cidadãos e daqueles que se encontram em situação mais carenciada, procurando otimizar a oferta do mercado de trabalho com a procura. O IIEFP não deve, não pode estar ao serviço de um Ministério cuja única preocupação é apresentar resultados controlados do mercado de trabalho.

Os que criticavam o desemprego de 2005 têm hoje de morder a língua. É que esse nível foi já ultrapassado e, até nas sempre favoráveis previsões do Banco de Portugal, se teme o engrossar do exército de desempregados.

Mais 90 mil portugueses no desemprego? Mais 100 mil portugueses no desemprego? O IIEFP, ao contrário do que é regra ao longo dos anos, ainda não divulgou os resultados do mercado de emprego de Dezembro. A previsão é que o Governo o faça só na próxima semana.

Os dados disponíveis de Novembro revelam a inscrição de 486.565 desempregados, mais 2% do que no mês homólogo.

Entretanto, nesta 1ª quinzena de 2009, os serviços dos centros de emprego encontram-se congestionados com inscrições para atribuição de subsídio de desemprego.

A situação é absolutamente dramática e insuportável. As consequências sociais



deste desastre podem ser efectivamente calamitosas.

O Governo projecta um discurso social, mas implementa uma política contrária. O Governo é o responsável pela nova Lei de Bases da Segurança Social. Uma Lei de Bases que defendeu o chamado factor de estabilidade, sem o ponderar como devia, e reformou as regras do subsídio de desemprego provocando a retirada de direitos.

Graças a este Governo, os desempregados têm menos tempo de garantia de atribuição do subsídio de desemprego, bem como viram descer o valor do próprio subsídio de desemprego. Esta decisão permitiu ao Governo reduzir a despesa com o pagamento de subsídios de desemprego, à custa da desprotecção social dos trabalhadores e das suas famílias. Longe vão já os tempos em que o Governo apregoava a flexisegurança.

O Governo reclama aos quatro ventos os ricos saldos das contas da Segurança Social.

Mas, a verdade é que esse enriquecimento foi conseguido à custa dos mais frágeis e desfavorecidos da nossa sociedade.

Querer poupar com os reformados e com os desempregados é, no mínimo, iníquo.

Querer equilibrar as contas da Segurança Social à custa dos reformados e dos desempregados é uma atitude política de injustiça social inaceitável.

O estado calamitoso do país, o estado de verdadeira emergência social em que o país se encontra motiva o PSD a apresentar iniciativas que tentam corrigir este desvario governamental.

É claro que o caminho a trilhar não é o deste Governo.

Com esta conjuntura económica e social dramaticamente desfavorável, o regime do subsídio de desemprego instituído pelo Governo revela-se manifestamente insuficiente para proteger o cidadão que perdeu o seu posto de trabalho.

Resumo, portanto, a posição do Partido Social-Democrata a este propósito:

1. É imperioso que o Governo repondere adequadamente, o factor de estabilidade como forma de assegurar a sustentabilidade do sistema da Segurança Social, mas de forma justa e equilibrada;

2. É indispensável que o prazo de atribuição do subsídio de desemprego seja prolongado, até à data limite de 31 de Dezembro de 2009, com um período mínimo de 30 dias, dada a situação excepcional em que nos encontramos e, de resto, como o PSD já propôs no Orçamento de Estado, apesar de recusado pela bancada socialista.

3. É da mais elementar justiça que este prolongamento seja feito nos mesmos termos e não com uma diminuição do rendimento atribuído, pois recusamos a lógica de caridade do Governo sendo, o PSD, a favor do princípio da solidariedade.

4. Ponderada a situação de verdadeira calamidade social em que nos encontramos, o PSD apresenta propostas concretas a esta Assembleia, como já fez no passado recente, pois não desiste de fazer uma oposição construtiva, apesar da sistemática recusa da bancada socialista em aceitar qualquer sugestão que não seja oriunda da sua maioria.

Disse

Dados Biométricos nos passaportes:

Parlamento Europeu aprova Relatório de Carlos Coelho

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu aprovou hoje por esmagadora maioria (594 votos a favor, 51 contra e 37 abstenções) um Relatório do Deputado europeu do PSD Carlos Coelho, que estipula novas normas biométricas para os passaportes e pretende reforçar a protecção das crianças de situações de rapto e de tráfico,

A utilização de dados biométricos nos passaportes tem por objectivo reforçar a segurança relativamente ao terrorismo, à criminalidade e à imigração. Ao longo do processo de negociação houve alguma polémica na opinião pública e em várias instituições por causa da recolha de dados biométricos de crianças. O Deputado do PSD liderou este processo no Parlamento Europeu e negociou, directamente com o Conselho e com a Comissão Europeia, centenas de propostas de alteração suas à proposta inicial destas duas instituições.

(A proposta aprovada tem como objectivo alterar o Regulamento aprovado em 2004 que melhorava e harmonizava as normas de segurança relativas à protecção dos passaportes e documentos de viagem dos cidadãos da UE, contra a sua utilização fraudulenta ao mesmo tempo que introduza elementos de identificação biométricos.)

De acordo com a legislação actualmente em vigor, as crianças podem viajar com o passaporte dos pais. No entanto, a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu defende que, por motivos de segurança, cada criança deve ter um passaporte, seguindo a recomendação nesse sentido feita pela organização internacional da aviação civil de “uma pessoa - um passaporte”.

Reforçar a segurança: da apresentação ao controlo fronteiriço dos passaportes

“A segurança dos passaportes não se esgota no passaporte em si. Toda a sequência que tem início com a apresentação dos documentos necessários para a emissão dos passaportes, seguido da recolha dos dados biométricos e terminando com a verificação nos postos de controlo transfronteiriços é importante. Faz pouco sentido aumentar o nível de segurança existente nos passaportes se permitirmos a existência de “pontos fracos” nos outros elementos da cadeia”, lê-se no relatório do eurodeputado português Carlos Coelho do PSD.

O Deputado do PSD explicou que, segundo os estudos já existentes (resultantes dos projectos-piloto realizados em vários Estados Membros) é extremamente difícil proceder à recolha ou mesmo confiar em impressões digitais de crianças com idades inferiores a 6 anos.

O Deputado do PSD explicou que foi conseguido “um acordo que estipula um período de 4 anos em que o limite de idade será fixado em 12 anos, mas com uma cláusula derogatória que deverá permitir aos Estados Membros que já tenham adoptado legislação consagrando um limite inferior a este, e desde que não seja inferior a 6 anos, poderá mantê-lo durante esse período.”

Foi acordada, igualmente, uma cláusula de revisão estipulando que ao fim de 4 anos e tendo em conta os resultados do estudo (que solicitei à Comissão) a ser elaborado relativamente à credibilidade das impressões digitais de crianças, o limite de idade será fixado definitivamente e de forma harmonizada para todos os Estados Membros.

Foi introduzida uma segunda derrogação à obrigação de fornecer impressões digitais para as pessoas que, por razões diversas (dedos queimados, amputados, etc), estão fisicamente impossibilitadas de o fazer.



A introdução do princípio “uma pessoa - um passaporte” é sem dúvida um benefício adicional na luta contra o tráfico de crianças. De acordo com um estudo recente da Childfocus, o maior risco de tráfico e rapto incide sobre crianças que viajem sozinhas. Logo, é claro que para este tipo de casos (em que segundo as regras da IATA, só é permitido que um menor viaje sozinho a partir dos 6 anos), o facto de possuírem um documento de viagem pessoal constitui, sem dúvida uma protecção adicional.

Em prol da protecção de crianças foi também obtido por Carlos Coelho um Acordo Interinstitucional, feito entre as 3 instituições de forma a criar uma posição comum para a adopção das regras necessárias à protecção das crianças contra o rapto e o tráfico. As respectivas iniciativas deverão ser introduzidas pela Comissão no âmbito da área respectiva - Direito Civil.

A terminar Carlos Coelho lembrou a competência reduzida que a União tem nesta matéria e anunciou o acordo a que chegou com a Comissão Europeia para a realização de dois estudos muito importantes:

- um Estudo relativamente à questão dos documentos que servem de base para a emissão do passaporte - os chamados “breeder documents”- Para tornar os passaportes e os documentos de viagem seguros é fundamental que exista um elevado nível de confiança no processo de recolha dos dados biométricos que nele são inseridos, sendo desejável a existência de normas mínimas comuns para a recolha desses dados, de forma a garantir a sua segurança e fiabilidade. Existem grandes disparidades entre os Estados Membros relativamente aos documentos que deverão ser apresentados, bem como à forma como são emitidos;
- e outro relativamente à questão dos problemas que possam eventualmente vir a ser detectados relativamente ao matching nos postos de controlo transfronteiriço, nomeadamente no que diz respeito às taxas de falsa rejeição - “false rejection rates”.

Veja o vídeo da intervenção de Carlos Coelho em
http://www.carloscoelho.eu/sala_imprensa/ver_noticias.asp?submenu=13¬icia=1145



Duarte Freitas apoia nova regulamentação sobre Pesticidas

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu a decorrer esta semana em Estrasburgo, foram hoje aprovados dois relatórios relativos à regulamentação sobre a colocação no mercado e utilização de pesticidas (no caso uma Directiva e um Regulamento). Para Duarte Freitas estes documentos vão “contribuir para harmonizar a legislação relativa aos pesticidas”.

O Deputado europeu do PSD apoiou os Relatórios e explicou que a entrada em vigor destes diplomas “será da maior importância para aumentar a pressão no sentido da urgente modificação da Política de Redução dos Riscos dos Pesticidas, que na UE (particularmente em Portugal) tem sido caracterizada por alguma ausência de informação e fiscalização de práticas e produtos. Em defesa da saúde humana e do ambiente é fundamental contribuir para a modificação do quadro regulamentar dos pesticidas agrícolas.”

O Deputado do PSD concorda com o Regulamento aprovado sobre a colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado, nomeadamente, porque a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo das autorizações de fitofármacos “irá terminar com desequilíbrios concorrenciais que existem entre diferentes Estados-Membros” (com dimensões de mercado diferentes) e “reforçará sobretudo as preocupações ambientais e de segurança alimentar”.

A criação de 3 zonas que agregam as regiões com características edafoclimáticas (solo e clima) semelhantes é, na opinião do Deputado do PSD, “muito positiva”. “Seria arriscado colocar no mesmo saco” realidades completamente diferentes, ou seja, que o reconhecimento mútuo se aplicasse a toda a União Europeia, “sem atender às diferenças que existem ao longo dos 27 países”, acrescenta Duarte Freitas. O Regulamento tem uma tripla base legal (Agricultura, Mercado Interno e Saúde Pública), “o que, na minha opinião, é muito positivo”, diz ainda o Eurodeputado.

Para Duarte Freitas, a Directiva “é fundamental” porque estabelece regras para



informar e formar quem utiliza pesticidas e impõe a fiscalização dos equipamentos. Proíbe ainda a pulverização aérea (permitida em casos de absoluta necessidade e quando não há alternativas). Outro aspecto positivo é a possibilidade de cada Estado Membro definir Zonas de Protecção e Zonas de Risco.

“Importa ainda sublinhar”, afirma Duarte Freitas, “que o propósito destes documentos não é proibir a utilização de Pesticidas, mas sim, diminuir os riscos associados à sua utilização. Se há alternativas menos perigosas temos a obrigação de as adoptar”.

Estrasburgo, 13 de Janeiro de 2009

Euro faz 10 anos

Mas Governos socialistas travam Portugal

O Grupo Europeu do PSD (GEPSD) congratula-se pelo décimo aniversário da UEM e por todas as conquistas que tornaram o euro uma moeda estável em 16 países da UE. No entanto, o GEPSD não pode deixar de sublinhar a responsabilidade dos Estados-Membros na implementação das necessárias reformas estruturais, sem as quais muitas das vantagens de pertencer a um bloco com uma moeda forte se desvanecem. É fundamental criar as condições para a existência de um tecido produtivo forte e mais capaz de se adaptar a adversidades cíclicas.

É a própria Comissão Europeia que dá o exemplo de Portugal como o exemplo a não seguir pelos novos membros da zona euro, ao contrário do aluno exemplar que foi durante a primeira década após a adesão. Segundo a Comissão Europeia, na segunda metade da década de 1990 e nos primeiros anos de adesão, Portugal assistiu a um período de crescimento da economia associado a baixas taxas de juro e a um aumento do crédito. Esta situação levou a uma forte expansão do consumo e ao consequente agravamento do nível de endividamento das famílias. Perante a explosão do consumo, a política orçamental deveria ter tornado mais restritiva mas, pelo



contrário, Portugal adoptou uma política expansionista e, até hoje, não implementou as reformas estruturais necessárias.

Para agravar as consequências deste incumprimento, o fraco crescimento da produtividade provocou perdas de competitividade. Após a adesão ao euro, Portugal registou um crescimento económico desequilibrado baseado num forte consumo. Devido à ausência de reformas estruturais que fortalecessem a oferta nacional, este consumo teve de ser alimentado pelas importações que, assim, criaram desequilíbrios externos

preocupantes.

Nos últimos 10 anos, a União Económica e Monetária promoveu a convergência real dos “países da coesão”, excepto no caso de Portugal (77% PIB per capita da UE27 em 1998 contra a previsão do Eurostat de 73% em 2008). Aos erros do passado junta-se a ausência de reformas estruturais essenciais para o ajustamento a choques adversos; para a promoção do crescimento da produtividade; e para a criação de emprego e aumento da competitividade.

O Governo também foi repreendido

pelo Banco de Portugal que no seu Boletim de Inverno lançou um sério aviso ao dizer que “a economia portuguesa continua a ser caracterizada por um conjunto de fragilidades de natureza estrutural, que se tem traduzido num fraco dinamismo da produtividade dos factores”. E acrescenta ainda que “o baixo crescimento da actividade económica que Portugal tem evidenciado nos últimos anos traduz não apenas um baixo dinamismo da produtividade, mas também um baixo crescimento do emprego e do stock de capital, que não podem ser aferidos numa perspectiva meramente cíclica.”

A conclusão é óbvia para todos os portugueses, para a Comissão e para o Banco de Portugal - a situação em Portugal não é apenas consequência da crise financeira e económica. O Banco de Portugal sublinha que “a implementação de reformas conducentes a uma maior eficiência na afectação de recursos revela-se crucial para a promoção de um aumento sustentado dos níveis de produtividade e emprego, assim como para a criação de condições propícias ao investimento e à inovação”. O Governo está à espera de quê?

Grupo Europeu do PSD

INÉDITO - Eurodeputado Duarte Freitas apresenta vídeo sobre crise no sector das Pescas - Jaime Silva o alvo das críticas



tituindo por exemplo um sistema de vendas online que permita aumentar a procura e desta forma elevar o preço do pescado de 1ª venda, que, em alguns casos decaplica até chegar ao consumidor final.

É necessário dar sequência ao estudo que o Governo encomendou para reestruturar a DOCAPESCA. Gastaram-se milhares de euros neste estudo e nada mais foi feito...

- Crítica à falta de apoio do Governo aos produtos nacionais

Falta de apoios e incentivos para a conquista de novos mercados por parte dos produtos de pescado transformado. Os produtos nacionais, de reconhecida qualidade, têm dificuldade em entrar no mercado internacional.

Os produtos nacionais não são acarinhados pelo Governo, ao contrário do que sucede com outros produtos do mercado comunitário e extra comunitário.

Os incentivos que existem são de acesso complicado, segundo o contacto efectuado com os dirigentes de algumas fábricas que visitamos, e são regulados por processos lentos e burocráticos que desmotivam o promotor.

- Conclusão

Os pescadores, armadores e industriais da pesca sentem-se desapoiados pelo Governo português e revoltados com a forma como o sector tem vindo a ser regulado a nível comunitário e gerido a nível nacional.



O Eurodeputado do PSD Duarte Freitas, membro efectivo da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, realizou recentemente um conjunto de visitas a alguns dos centros de Pesca mais importantes e sensíveis do país, como Matosinhos, Póvoa de Varzim e Gafanha da Nazaré. Numa iniciativa inédita, o Eurodeputado natural dos Açores apresenta uma reportagem vídeo com os momentos mais importantes destas visitas e as principais conclusões e críticas.

Jaime Silva, o Ministro português das Pescas é o alvo principal das críticas do sector em Portugal, reunindo um raro consenso entre armadores, pescadores de pesca artesanal e industrial, da pesca costeira e pesca de largo, dos empresários e trabalhadores do sector das conservas, entre muitos outros.

- Crítica ao sistema de TAC's e quotas instituído pela União Europeia

É um sistema obsoleto, desadequado à actual realidade da pesca comunitária. É necessário pensar sistemas reguladores alternativos, semelhantes aos de outras grandes potências mundiais da pesca, como os Estados Unidos, Canadá, Noruega, Austrália, etc.

O actual sistema acaba por não regular as capturas, mas sim os desembarques. Fomenta a venda clandestina de pescado fora de lota e em muitos casos obriga à devolução ao mar de peixe morto que por exceder a quota permitida para venda em lota tem que ser deitado fora.

- Crítica ao funcionamento actual das lotas em Portugal

Existem demasiadas lotas em Portugal, algumas delas a dar prejuízo. É necessário centralizar as lotas (diminuir o seu número), alargar o espectro de compradores ins-

Veja a reportagem vídeo em:
<http://videos.sapo.pt/gepsd/2qmRt2MODgZvZ3FAUdD6>



Um Governo Medíocre escondido pelo manto espesso da Propaganda

(*) José Pacheco Pereira

O Presidente da República começou a falar da necessidade de “verdade”, uma, duas, três vezes. Não há interpretação possível para essa afirmação que não seja a de haver falta de verdade no nosso sistema político e no debate público, e o principal protagonista dessa situação é o Governo e o primeiro-ministro Sócrates. E de facto, apesar da enorme e espessa nuvem de propaganda, quer oriunda do Governo, quer dos muitos apoios mais ou menos disfarçados, desde os de interesse aos ideológicos, que o Governo tem, exige-se cada vez mais verdade. A isso se soma uma enorme dose de situacionismo, uma doença com raízes muito fundas no tecido público português.

Esse situacionismo difuso está hoje bem patente em duas ideias circulantes que poucos contestam e no entanto não se fundam em nenhuma análise convincente. Uma mistura de opiniões avulsas de jornalistas, autores de blogues e de sondagens, não são uma análise séria, nem servem de prova, por muito que se repitam. Mostram intenção, não demonstram nada. Essas duas ideias difusas interligadas são as de que só o Governo actual tem condições para combater a crise, e que a oposição (em particular o PSD) não tem nenhuma capacidade de chegar ao poder.

Se eu fosse um governo tipo-Sócrates pagava um milhão pela circulação destas ideias, e não estou certo se tal milhão não foi mesmo pago, entre agências de comunicação, marketing, sessões de casting, despesas publicitárias, envolvendo o complexo PS/Governo/Empresas Públicas e contando com muitas activas complicitades. Não é sequer preciso ser conspirativo, há muitas notícias que vêm a público, não são desmentidas, mas também ninguém lhes quer dar uma verdadeira continuidade, nem escrutiná-las. Por exemplo: que papel têm as empresas públicas no pagamento das sessões de propaganda do Governo? Ou quanto gasta o Governo em agências de comunicação, ou seja, em lobbies profissionais organizados, para promover desde o Governo em si até aos ministros e às suas políticas? Isto para

não falar do investimento mais vultoso hoje feito em empresas públicas, o da RTP, cujos noticiários e programação de entretenimento, paga pelo erário público, são o melhor exemplo de subserviência ao Governo, por acção e por omissão.

Desde o primeiro minuto que este governo se funda numa mentira: a completa diferença entre o programa de promessas eleitorais com que José Sócrates foi eleito e o que ele fez mal ganhou as eleições. Sócrates foi eleito, convém lembrá-lo aos muito esquecidos, com um programa desenvolvimentista, de maior despesa pública, de investimentos, de aumentos de salário, de expansão da despesa pública sem aumento dos impostos. E fez exactamente o contrário. Uma mentira, apoiada noutra mentira: o relatório do Banco de Portugal sobre o défice, assente em pressupostos feitos à medida do freguês, neste caso Sócrates, que justificou a viragem de 180° da política com que vinha da oposição a Santana Lopes (na verdade, a Manuela Ferreira Leite, visto que Lopes já anunciara a “retoma” e era a anterior ministra das Finanças o alvo de uma pressuposta política que entendia que “havia mais vida para além do défice”).

Depois, o Governo Sócrates deu importância ao controlo do défice. Fez bem, embora o caminho do controlo fosse o aumento brutal dos impostos e só em menor medida o controlo das despesas públicas. Ao fim de quatro anos, o défice ficou mais controlado, mérito do Governo, mas nem por isso essa consolidação das finanças públicas foi sólida. Continua a haver uma forte desorçamentação e, nos relatórios internacionais, existem fundadas dúvidas sobre a capacidade de o Governo manter o adquirido, já antes do aparecimento da crise financeira internacional. Mas convenhamos que um factor fundamental no sucesso governativo foi o facto de ter excepcionais condições políticas para tomar as medidas duras que se impunham, com uma maioria monopartidária, com um presidente cooperante e com uma oposição do PSD e do PP bem diferente da que o PS fez antes de 2005.

É à luz destas excepcionais condições de governação que os resultados do Governo surgem hoje como muito medíocres. Fez o Governo alguma coisa? Certamente que fez, só faltava que não fizesse, mas fê-lo muito abaixo do que podia fazer e se lhe exigia que fizesse. Se se passar em revista as diferentes áreas de governação, encontramos de novo o problema da “verdade”, ou seja, uma série de mentiras escondidas por toneladas de propaganda e uma aquiescência que parece ter como destinatário apenas o Governo.

Resultados favoráveis, mas débeis, no controlo do défice? Muito bem. Resultados no programa do Simplex? Muito bem, mas convém lembrar que algumas medidas já vinham a ser implementadas e preparadas nos governos anteriores e, se muitas vezes se simplificou, de outras complicou-se. Experimentem vender uma casa antiga e obter um “certificado de eficiência energética”, uma destas coisas ecologicamente correctas de que os governos gostam muito e para as quais não há infra-estruturas, preparação, celeridade e que imediatamente geram mais burocracia e grandes negócios, encarecendo tudo.

Medidas positivas nalgumas reformas no ensino, combatendo o absentismo dos professores? Muito bem, mas corremos o risco de chegar ao fim da legislatura sem avaliação dos professores e sem resultados palpáveis na melhoria dos indicadores qualitativos. Alguma racionalização do sistema nacional de saúde no tempo do ministro Correia de Campos? Muito bem, mas imediatamente travado quando começou a haver protestos. Uma reforma da Segurança Social para adiar (e apenas adiar) a sua inexorável crise? Muito bem. Algumas medidas avulsas noutros ministérios? Com certeza. Mas tudo visto, tudo analisado, em função das legítimas expectativas e condições excepcionais de governação, os resultados são medíocres.

O programa das grandes obras públicas, anunciado desde 2005 como uma das chaves deste Governo, zero. TGV, uma má opção, mas boa por parte do Governo, zero. O aeroporto que era para ser na Ota, foi levado teimosamente até quase ao início das terraplenagens e depois zero. Nem Ota, nem Alcochete, mas 200 milhões em indemnizações aos municípios da zona Oeste. O Plano Tecnológico, alguma coisa, muito pouca, e muito erro pelo caminho. A Via CTT, as Cidade Digitais e muitos outros programas parcelares estão a uma enorme distância dos objectivos anunciados. O Magalhães está encravado na capacidade de produção do computador e na resposta débil que teve em termos de pedidos, abaixo dos anunciados, para além de muitas obscuridades e, acima de tudo, do seu real



desfasamento do ensino básico, algo que não foi estudado, preparado, previsto. O Programa das Novas Oportunidades está a pouco mais de 50 por cento da execução prevista e longe de manter na sua continuidade os critérios de qualidade mínima nas qualificações exigidas.

Em muitos destes programas está-se hoje a fazer um forcing à custa de dinheiro e atamancando a qualidade, para atingir números próximos dos anunciados pelo primeiro-ministro Sócrates, nas sessões de propaganda. Pagamos caro por esse esforço de “trabalhar para as estatísticas”, incluindo promoções absurdas como a da Via CTT, em que, se arranjar vinte “amigos” para ter o e-mail electrónico dos CTT, ganha um iPod Nano. O programa falhou redondamente mas, para o primeiro-ministro não perder a face, ele que foi a uma estação dos correios anunciar o “e-mail para todos os portugueses”, dão-se agora iPods. Aqui, como em muitas matérias, percebe-se que a pressa entre o deslumbramento tecnocrático do “fazer” e a preparação e cuidada utilização dos dinheiros públicos, se inseriu um estilo de preparação em cima do joelho, que teve muito fogo de vista, mas pequenos resultados. E que foi caro, muito caro.

Não faltam exemplos e, se mais escrutínio houvesse da “coisa pública”, ainda mais se conheceria. Infelizmente, só agora começa a haver alguma consciência de que afinal a governação Sócrates foi medíocre, mas o chapéu imenso da “crise financeira” torna a ser trazido para tapar as maleitas destes anos desperdiçados. Esquecemos a “crise que está cá dentro” pelo gigantismo da “crise que vem de fora”, mas isto tem um enorme risco: o de deixar um Governo medíocre a tratar de coisas sérias e a hipotecar, num programa que pouco mais vê do que o período até às eleições, o futuro do país. É mesmo isso. A verdade. Aquilo que o Presidente pede.

– (*) Professor universitário, escritor, jornalista, comentador político



O medo de Sócrates...

Vasco Graça Moura (*)

O silogismo mais picante das últimas semanas é o seguinte: o PS, com os seus porta-vozes a fazerem imensas vênias mui atentas, veneradoras e obrigadas, mostrou-se absolutamente de acordo com o severíssimo diagnóstico feito pelo Presidente da República na sua mensagem de Ano Novo; o PR, nos pontos principais da sua mensagem, reiterou posições críticas que já tinham sido claramente assumidas por Manuela Ferreira Leite; logo, o PS está de acordo com Manuela Ferreira Leite exactamente quanto a uma série de pontos em que tinha tentado refutá-la com as excitadas estridências do costume...

Agora que o Banco de Portugal se viu forçado a traçar o cenário mais negro dos últimos anos e a falar da entrada da economia portuguesa em recessão, a manobra consistiu em o primeiro-ministro abordar esse tema de véspera, numa entrevista à SIC Notícias, em que acabou por confirmar o que a oposição já tinha dito. Tudo para que as palavras de Constâncio não fossem, como afinal foram também, um desmentido terrível das afirmações que o chefe do Governo andava por aí a fazer...

Depois de umas 150 sessões de despacho com Sócrates à quinta-feira, o PR deve andar perfeitamente estarecido com o PM que nos saiu na rifa.

Lembram-se da falta de rigor com que ele tem feito, e continua a fazer, cavalo de

batalha de um défice de 6,8% que diz ter herdado em 2005?

Que consideração pode merecer a Cavaco Silva um sujeito que não se coíbe de argumentar nesses termos, muito embora sabendo que isso é rotundamente falso? Ou, para não levar uma corrida em pêlo, não terá ele tido a coragem de repetir esse dislate perante o PR?

Lembram-se da desfaçatez com que ele em Outubro garantia que o Orçamento era “realista” e “prudente”? Ou da firmeza com que então desmentia prognósticos autorizados, anunciando um crescimento triunfal de 0,6% para 2009?

Que confiança pode merecer ao Presidente um sujeito que ou é irresponsável ou não se coíbe de tomar os portugueses por lorpas?

Afinal, depois de quatro anos de sacrifícios brutais impostos ao País pelo aumento da carga fiscal, a contenção do défice não foi virtuosa e não resultou de uma redução das despesas do Estado, nem de um aumento de riqueza do País. E pelo andar da carruagem também já se vê que o défice voltará a crescer de maneira acelerada, a pretexto da crise, mas de facto por estrita subordinação a interesses eleitorais do PS. Depois de duas entrevistas com uma mensagem de Natal pelo meio, conclui-se que o PM não tem uma estratégia para o País: tudo o que lhe ocorre é derramar dinheiro a rodos sobre os problemas e esperar que passe

o tsunami.

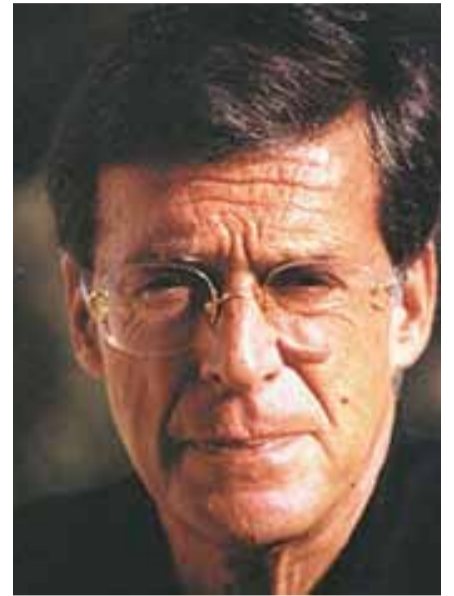
Que confiança pode merecer ao Presidente um sujeito que avaliza esta situação conjugada de fracasso e oportunismo, apresentando-a como um êxito retumbante?

António Barreto, no seu artigo de domingo passado no Público, dá razão a Manuela Ferreira Leite sobre todas as questões de fundo que ela tem vindo a levantar. Mas entende que ela já não a tem quando desafia Sócrates para um debate. Também Vasco Pulido Valente perfilha esta opinião.

Não concordo com eles. A questão dos debates parlamentares não esgota a questão dos grandes debates políticos nacionais. Uma entrevista de fundo de um alto responsável político como o PM a um órgão de comunicação social de grande projecção, numa emergência conjuntural como a que atravessamos, deve dar lugar a um debate político da mesma natureza, também na comunicação social. Sobre tudo quando essa entrevista é contraditória com tomadas de posição anteriores. E isto não é o mesmo que um debate parlamentar, nem obedece às mesmas regras.

De resto, se bastassem as intervenções e os debates quinzenais na AR, então não se percebe para que é que o PM havia de dar longas entrevistas, ou de proferir mensagens fora do espaço parlamentar...

Ante a gravidade galopante da situação e a enormidade inconsequente das



posições de Sócrates, os portugueses têm o direito de o ver interpelado directamente pela líder da oposição num grande órgão de comunicação social. É uma necessidade democrática saber-se como é que ele se justifica e o que é que ele responde, sem condicionar previamente a agenda ou a temática do debate.

Mas José Sócrates tem medo. Medo de que lhe apontem na praça pública os erros, a falta de visão, a insensatez e as batotas. – (*) Escrito, Eurodeputado pelo PSD

Artigo de Opinião

Final de mandatos e ajustes directos

Luis Rodrigues (*)



O Governo, mais uma vez através do inefável Ministro das Obras Públicas, anunciou, com a habitual pompa e circunstância, a conclusão do Novo Código da Contratação Pública, iniciativa legislativa dirigida principalmente ao sector das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e às Autarquias Locais.

Mário Lino esqueceu-se de um pequeno pormenor, ao anunciar essa “iniciativa do Governo”. A Comissão Europeia já tinha alertado o Governo Português para o atraso no cumprimento das directivas europeias que o obrigavam a aprovar o referido código. Suspeito que se não fosse a imposição da Comissão Europeia ainda agora estávamos à espera.

Depois das insistências da CE e da resistência do Governo, o Novo Código da Contratação Pública entrou em vigor a 30 de Julho de 2008.

As virtudes deste diploma legal baseavam-se no aumento da transparência dos processos das obras públicas e na agilização de procedimentos.

O Código é “tão bom” que os concursos públicos lançados até agora são tantos que devem caber numa mão.

Infelizmente, com a maior leviandade, na primeira oportunidade o Governo contornou a nova legislação e fez uma lei à medida e a pedido de privados.

O negócio da ampliação do terminal de contentores de Alcântara, que foi proposto por privados ao Primeiro-Ministro, estava integrado no âmbito do Novo Código da Contratação Pública.

Por iniciativa de José Sócrates, o Ministro Mário Lino elaborou e fez aprovar em Conselho de Ministro um Decreto-Lei, em Setembro, à medida deste negócio que envolve mais de 500 milhões de euros, permitindo que se fugisse ao concurso público.

Passados menos de dois meses, o Governo quando deveria aplicar o novo diploma que permitia ter maior transparência nestes negócios, pura e simplesmente faz uma nova lei de acordo com as suas conveniências.

Mas o escândalo não iria terminar aqui, nem se sabe onde vai acabar.

A reboque da crise e com o argumento de “agilizar”, mais uma vez, os processos das empreitadas, o Governo aprova novos diplomas que permitem ajustes directos até 5 milhões de euros, desta vez também extensíveis às autarquias locais.

Neste final de mandato do Governo de Sócrates e do aproximar das eleições autárquicas a regra nas empreitadas de obras públicas passou a ser o ajuste directo. O que não diria o PS da falta de transparência se a iniciativa fosse de outro partido?

– (*) Licenciado em Engenharia, Deputado e Secretário-Geral Adjunto do PSD

A agonia do Sistema político e a necessidade de fazer RESSURGIR Portugal

Alberto João Jardim (*)



O Senhor Presidente da República, na sua Mensagem de Ano Novo – só gosto de referir este tipo de intervenções, depois de as dissecar com tempo – caracterizou, bem, o estado a que Portugal chegou.

Estagnação económica, falta de competitividade, ausência de prioridades estratégicas capazes, culto político da venda de ilusões, desemprego, redução do poder de compra, crescimento explosivo da dívida externa, ineficiência em matéria energética, má estrutura produtiva, deficiências na Qualidade, na Inovação e na Tecnologia, aumento dos riscos de pobreza e de exclusão, vulnerabilidade impreparada para a crise financeira internacional, ausência de Confiança, deficiente mobilização dos Portugueses, divisões políticas propositadas e inadmissivelmente cultivadas – aqui, o Chefe de Estado podia dar o exemplo do comportamento socialista em relação à Madeira – enfim, problemas na Habitação, na Educação, na sobrevivência das Famílias, etc.

É evidente que o Senhor Presidente da República, como é Seu timbre, caracterizou correcta e objectivamente a situação a que Portugal chegou.

Mas também é evidente que a falta de vergonha dos socialistas não se alterou minimamente, pois o seu comentário à intervenção do Presidente foi um «sacudir a água do capote», assobiando para o lado, como se nada disto fosse sua rigorosa responsabilidade e culpa, até tendo a «lata» de dizer oficialmente – claro que para disfarçar - estarem as palavras de Cavaco Silva em sintonia com a acção do Governo da República!...

Só faltava esta!...

Subscrevendo exactamente no que, com naturalidade, os Partidos da Oposição convergiram!...

A referida Mensagem do Senhor Presidente da República, bem como a dita convergência com ela, vinda dos actuais Partidos do Sistema, porém no meu caso de opositor do próprio sistema político-constitucional, que não opositor do regime democrático – percebam!... – também me leva a um segundo comentário.

O sistema político-constitucional português é bom na consagração dos Direitos, Liberdades e Garantias dos Cidadãos.

Daí para diante, torna o País inviável ou ao menos sempre penalizado no tempo, razão, principal, porque também se chegou a esta situação caracterizada pelo Chefe de Estado.

E o que eu não vejo, é a coragem para o grande debate nacional sobre esta matéria, prioridade das prioridades e que não se faz desde que Francisco Sá Carneiro faleceu.

Portugal está assim, não apenas por azelhices governativas – nas quais felizmente nunca tive quaisquer responsabilidades – mas sobretudo porque, conservadoramente, aceita e vive no sistema político-constitucional que temos.

E o insólito, é não haver este debate principal, apesar de vir aí uma Legislatura na qual a Assembleia da República tem poderes de revisão constitucional e num momento em que o patriotismo e o Interesse Nacional, como nunca, têm de se sobrepôr às querelas e dogmas ideológico-partidários.

Obviamente que a iniciativa não pode partir formalmente do Presidente da República, e muito menos ser aflorada numa Mensagem de Ano Novo.

O que choca, é ver os actuais Partidos do Sistema, conformados, a dizer «sim senhor, o Presidente tem razão», mas se ficarem pela fé desastrosa de que, com este sistema político-constitucional, sistema hoje só «deles», acreditarem ainda, ou fingirem acreditar que, nas condições de estrutura constitucional actuais, seja possível ressurgir Portugal.

Creio não ser isto o bastante que os Portugueses exigem – pelo menos os mais esclarecidos – ainda por cima agora demonstrado o fracasso das pseudo-«reformas» propagandeadas.

Erradamente, está a se prolongar uma agonia, sem coragem para a terapia política democrática inadiável.

Um Povo que se preze, uma vez constatada a gravíssima Situação a que se chegou, não se pode deixar vencer pelo fatalismo do irremediável. Tem que, dinamicamente, mudar tudo o que for preciso mudar, até porque é assim na dialéctica da História, não há sistemas político-constitucionais dogmaticamente intocáveis, mesmo os totalitários acabam por cair.

Feito o diagnóstico, é preciso que algo aconteça. Não pode tudo continuar mais na mesma. Os Portugueses têm capacidade para um Ressurgimento democrático.

– Advogado, Presidente da CPR/Madeira, Presidente do Governo Regional da Madeira



A propósito do “Magalhães”...



Venho relatar a nova realidade do novo computador Magalhães, e passo a citar:

Na sexta-feira passada, fui levantar o Magalhães à secretaria do agrupamento de escolas de Stº. Onofre (Caldas da Rainha). Não optei por nenhuma operadora de internet móvel, visto já possuir SAPO ADSL Wireless em casa.

O que é facto é que o computador reconhece a rede, mas não permite o acesso à internet.

Ao ligar p/ a linha de atendimento ao cliente do Magalhães disseram-me que na escola deveriam me ter dado um código de acesso p/ o desbloqueio parental.

Ao contactar a secretaria da escola, não sabiam, nem possuíam tal código.

Moral da história: Há Magalhães, sim Sr., mas não há Internet...É assim que o Governo trata os seus futuros eleitores.

Cumprimentos,

- **Leonardo M. C. da Cruz** -

Penalização por antecipação da idade da reforma

É compreensível e aceitável que quem se reforme antes da idade estipulada sofra uma penalização por isso até porque, de contrário, sentir-se-iam discriminados os que se reformam na idade própria. O que achamos de grande injustiça é que quem se reforme, por exemplo 3 anos antes da idade estipulada tenha uma penalidade de 18 % sobre a reforma, SITUAÇÃO QUE VAI PERDURAR TODA A VIDA! A penalização deveria aplicar-se enquanto a pessoa está a usufruir de uma reforma para a qual não tem a idade necessária. Logo que esteja perfeita a idade estipulada a penalidade deveria ser anulada.

- **António Paulo dos Santos Figueira**

Mais uma “falta de atenção” do Ministério da Educação...

Sou militante do PSD em Alcobça, há muitos anos, sou membro da Assembleia Municipal e da Assembleia de Freguesia, sempre servi o partido em vários patamares.

Sou professora do ensino básico e como tantos professores do nosso país não entrei no quadro de titulares, não por falta de habilitações, pois tenho um mestrado, mas por não estar dentro de uma escola, mas ao serviço do Ministério da Educação, dependente da DREL, destacada na Organização Local de Educação de Adultos em Alcobça, ao serviço do Concelho, na Educação de Adultos e extra-escolar, hoje uma das bandeiras do Governo em Educação.



Ora, estes anos não contaram para o dito governo, porque todo o serviço prestado foi fora das escolas, (como se não tivesse sido ao serviço do Ministério!).

Mas para espanto de todos, colegas ao serviço da DREC, com as mesmas funções, contaram-lhe o tempo e foram promovidos a professores titulares outros abrangidos por outras Direcções Regionais não foram!

Escrevi a todos quanto penso terem responsabilidades governativas ou de tutela sobre o Ministério...a resposta é sempre evasiva ou negativa.

Os quadros de titulares estão cheios de erros e o Ministério não dá a cara, mesmo com muitas queixas.

- **Alzira Maria da Costa Ferreira Mendonça**

Mais uma para as “costas largas” da crise?

O ministro da Economia foi hoje, (dia 16 de Janeiro) em Bruxelas, apanhado de surpresa com a notícia do despedimento de 400 trabalhadores da fábrica de automóveis de Mangualde da PSA (grupo Peugeot/Citroen), remetendo uma reacção para mais tarde.

“Não tenho essa informação. Acabam de me referir o facto mas eu tenho que me informar melhor como deve compreender”, disse Manuel Pinho à entrada de uma reunião ministerial dos 27 sobre a crise no sector automóvel.

Para o ministro, se a notícia se confirmar, o despedimento de 400 trabalhadores “significa uma parte pequena, significa um terço da fábrica de Mangualde”.

De acordo com o Jornal de Negócios, que cita uma fonte oficial da PSA, a empresa vai dispensar até Março 400 trabalhadores temporários e contratados a prazo.

Actualmente a fábrica emprega 1.400 trabalhadores, ficando reduzida a mil funcionários.

Manuel Pinho mostrou-se “preocupado” com a situação “extremamente negativa” da indústria automóvel, mas espera que esta seja atenuada com o plano de apoio ao sector apresentado a 03 de Dezembro último e que já está na sua quase totalidade operacional. A Comissão Europeia convocou todos os Estados membros da União Europeia para uma reunião ministerial, hoje, motivada pela “deterioração da situação da indústria automóvel”.

A Europa registou em 2008 a quebra mais forte de vendas de carros novos em quinze anos, num contexto de recessão económica.

O ano passado, somente 14,712 milhões de carros novos foram registadas, o que



representa um recuo de 7,8 por cento face ao ano anterior, indicou esta quinta-feira a Associação das Construtoras Automóveis Europeias.

O recuo registado em Dezembro (-17,8 por cento) constitui o segundo pior desempenho de 2008, após o de Novembro (-25,8 por cento).

- Fonte: Lusa

Alberto João “gostou da entrevista” de Manuela Ferreira Leite à RTP 1 e reite-rou que se deve sempre “jogar para ganhar”

O presidente do Governo e do PSD/Madeira afirmou hoje ter gostado da entrevista da líder nacional do partido à RTP e disse esta lhe garantiu que o partido irá derrotar José Sócrates nas eleições legislativas.

Alberto João Jardim afirmou à direcção nacional que, na sua opinião e em relação às próximas eleições, se deveria assumir uma “postura de derrotar Sócrates”, e de “jogar para ganhar e nunca para empatar”.

Jardim admitiu ter conversado com a líder social-democrata na quinta-feira passada e citou: “A Senhora Doutora Ferreira Leite disse-me, e não estou a cometer nenhuma imprudência, nem inconfidência, que estivesse descansado que iria ganhar ao Sócrates”.

Instado a pronunciar-se sobre se agora a Madeira apoiaria a actual liderança nacional, lembrou e reafirmou que “em matéria eleitoral, o PSD/M nunca esteve contra os líderes nacionais”.

“Nós que sobrevivemos com os resultados que temos na Madeira, devido a se ter praticado uma forte disciplina interna não íamos ter comportamento diferente em relação ao PSD nacional”, destacou.

Acrescentou que “o PSD/M não gosta é de certa gente que está no PSD nacional, que são más companhias e estão a estragar o partido”.

Sobre se o PSD nacional tem tempo suficiente para cumprir uma estratégia para conseguir vencer as eleições, Jardim opinou: “Quem delinea a estratégia é a líder a e a sua comissão política nacional”.

Em relação à sua disponibilidade para colaborar nas campanhas eleitorais no continente, adiantou que com três eleições também na região pode não ter tempo.

“Mas evidentemente que vou onde me pedirem, mas tenho que dar prioridade aos actos eleitorais na região”, realçou.

Comentando a entrevista de Manuela Ferreira Leite a Judite Sousa, Jardim classificou-a de “serena e explicativa” das matérias em que o PS andou a enganar o país.

“Não foi daquelas entrevistas para causar emoções fortes, como eu por vezes gosto de fazer, mas teve as características da Senhora, foi uma explicação de quem sabe, dada ao País, em muitas matérias em que tem andado a ser enganado. Foi uma entrevista que incidiu em matérias de natureza financeira e ficou explicado que PSD tem um projecto e sabe o quer em matéria financeira”, apontou.

Para Jardim a entrevista “correu muito bem e não saiu dos parâmetros que Manuela Ferreira Leite definiu para a sua actuação”.



Jardim começa a ouvir as bases do PSD/M em jantares programados para todos os concelhos da região

O líder do PSD/Madeira, Alberto João Jardim, e outros responsáveis sociais-democratas, dão início na próxima sexta-feira a um conjunto de encontros com as bases do partido na região para começar a preparar os três actos eleitorais deste ano.

A consulta começa no concelho do Porto Moniz onde decorre um jantar no pavilhão gimnodesportivo da localidade.

Este mês, estão agendadas iniciativas semelhantes em S.Vicente (sábado) e na Ponta do Sol dia 30.

Em Fevereiro decorrerá apenas um jantar com os militantes de Santana, no dia 7.

Jardim regressa ao projecto em Março, deslocando-se a Machico no dia 13, seguindo-se Santa Cruz a 14, Ribeira Brava a 20, Câmara de Lobos a 27 e finaliza o mês no Funchal, a 28 no Madeira Tecnopolo.

As férias que costuma gozar na Páscoa no Porto Santo será a altura para ouvir as bases da Ilha Dourada.

Estes jantares foram uma medida determinada na última reunião da comissão política regional do PSD/M, tendo o porta-voz Guilherme Silva salientado na altura que o objectivo é o partido “estar preparado para as três eleições, independentemente do calendário”.

“A comissão política do PSD/M deliberou fazer um apelo às bases no sentido de que a exigência do ano político com um calendário pesado eleitoral vai exigir de todos particular empenho e esforço”, disse Guilherme Silva no final da reunião.

Esclareceu que o partido “programou estes jantares não para fazer escolhas ou candidatos, mas para definir estratégias, para apelar a todos e motivar as populações da região para estes actos eleitorais”.

No primeiro jantar com os militantes Jardim define Sócrates como o seu único “real inimigo político”

«A minha luta é com Sócrates». Em suma, esta a tónica do discurso do presidente do PSD/Madeira ontem, num

jantar que reuniu cerca de 900 militantes do partido de São Vicente. Alberto João Jardim assumiu que não vai «perder tempo» com os dirigentes da oposição na Madeira, porque «são uns pobres de Cristo... A minha luta é com Sócrates. A minha luta é com os inimigos de Portugal e da Madeira».

«Estou aqui para lutar contra os principais adversários da nossa terra, contra aqueles que ofendem os nossos direitos».

O líder social-democrata madeirense apontou várias «mentiras» que o primeiro-ministro e o PS nacional têm dito ao país, para além dos «ataques, perseguições e roubos» à Madeira, Jardim admitiu que «voltamos a um período em que a luta é como no tempo do Gonçalvismo: ou somos nós e ganhamos, ou são eles e eles ganham. Eu quero ganhar. O PSD de São Vicente quer ganhar», disse ao som





dos aplausos dos militantes.

Alberto João Jardim realçou que «o mal e o roubo que foram feitos à Madeira, o abuso que foi feito sobre o povo madeirense, merece castigo, tem de ser punido, não pode ficar impune. É por isso que eu digo que isto é como no tempo do Gonçalvismo: ou somos nós, ou são eles». Por isso, disse esperar do povo de São Vicente: «eu espero encontrar a mesma força que encontrei no Gonçalvismo para defender a democracia e a Autonomia».

Das críticas que teceu a Sócrates, Jardim lembrou a reforma na educação, em que «os alunos deixam de ser avaliados mas os professores passam a ser avaliados, o que é uma loucura»; prometeu baixar impostos mas estes subiram, disse que ia respeitar Lei de Finanças Regionais e não o fez, prometeu baixar o desemprego mas este aumentou, fechou centros de saúde no interior do País, sendo que agora as crianças nascem nas ambulâncias, por exemplo. A esse respeito, o social-democrata lembrou que na altura em que, na Madeira, as crianças nasciam no Hospital dos Marmeleiros, eram, segundo o Bilhete de Identidade, naturais do Monte. No Continente, são «naturais da ambulância».

O madeirense acusou Sócrates de promover políticas do tempo de Salazar, com as pessoas a terem de pagar nos hospitais e centros de saúde, através de taxas moderadoras, uma medida nunca aplicada na Madeira. «Temos um primeiro-ministro que não acerta uma. Até um computador que ele inventou, que é o Magalhães, as peças são importadas e ele anda a dizer que tem um computador português», apontou ainda.

Em síntese, e após ter denunciado vários problemas da governação socialista, Jardim considerou que «se essa gente continuar a governar em 2013, já não há Portugal. Só se a gente ganhar as eleições outra vez!»

Garantindo que não tem dúvidas sobre a resposta que os madeirenses vão dar a José Sócrates, Jardim disse que receia que no continente, «o país esteja já tão decadente, acabado e moribundo, que aquela gente se dê por conformada e ature tudo e mais alguma coisa». Alberto João realçou que «não estou disposto a aturar tudo e mais alguma coisa do sr. Sócrates e estou disposto a ir a todos os processos de luta».

Quanto às próximas eleições, Jardim

reafirmou que as Europeias são para dar «uma sova» aos socialistas, e criar assim, «embalagem para dar outras duas grandes malhas nas legislativas e nas autárquicas». As Europeias são também para demonstrar que a Madeira está «firme no projecto europeu», divulgando que, em outros actos eleitorais para o Parlamento Europeu, e nas suas deslocações a Bruxelas, recebeu os parabéns porque a Madeira é das regiões onde há menos abstenção. Sobre as autárquicas, reafirmou que, no seu devido tempo, os órgãos próprios do partido vão apresentar os candidatos às câmaras. «Agora, ainda é muito cedo».

Reunião do Conselho de Governo da Madeira

Sob a Presidência de Alberto João Jardim reuniu na tarde de 15 de Janeiro de 2009, o Conselho de Governo, que tomou entre outras, as seguintes resoluções:

- O Governo madeirense aprovou um conjunto de novas medidas activas de emprego e melhoria nalgumas das existentes, destinadas prioritariamente aos desempregados que não usufruem de prestações sociais.

- O Governo decidiu louvar o Intendente Manuel Pereira Lucas, que cessou funções de Comandante da PSP da Madeira, cargo que exerceu com elevada qualidade, empenho, rigor e dedicação.

- O Governo decidiu também louvar o Dr. José Lino Reis Gomes Santos, que exerceu o cargo de Director do Serviço de Urologia do Serviço Regional de Saúde da Madeira, de forma exemplar e empenhada, considerando a sua competência e qualidades técnicas e humanas que foram evidenciadas ao longo da sua carreira médica.

- O Governo da Madeira, considerando o recente Galardão internacional recebido pelo desportista Cristiano Ronaldo, o qual assume extraordinária dimensão promocional para a Região Autónoma da Madeira, o Governo Regional da Madeira decidiu atribuir-lhe a Insignia Honorífica de Distinção na Modalidade de Cordão.

Um comunicado do Governo da Madeira

O PSD/Madeira afirmou no passado dia 13, em comunicado assinado pelo seu

presidente, Alberto João Jardim, não ver justificação para antecipar as eleições para a Assembleia da República, mas concordar com a realização simultânea destas com as Autárquicas.

Neste documento, o líder social-democrata madeirense salienta que o partido entende dar conhecimento da sua opinião para que as “suas posições sejam claras ante o Povo soberano, e para evitar debates que não fariam senão, mais uma vez, distrair as populações da situação grave a que os socialistas arrastaram o país”.

Sobre o calendário eleitoral para 2009, o PSD/M lembrou que, nos termos constitucionais, as eleições para o Parlamento Europeu terão de se realizar entre 4 e 10 de Junho, cabendo a sua marcação ao Presidente da República.

Quanto às legislativas nacionais, terão de acontecer entre 14 de Setembro e 14 de Outubro, cabendo a sua marcação também a Cavaco Silva.

Da competência do Governo da República é o agendamento das eleições para as autarquias locais, que têm de decorrer entre 22 de Setembro e 14 de Outubro.

“Para o PSD/Madeira não constitui questão de relevo a escolha de datas, conforme a legislação vigente. Mas não vê qualquer justificação para a antecipação das eleições para a Assembleia da República, nem inconveniente na coincidência destas com as eleições autárquicas”, conclui.

– Fontes:
Lusa e Gab. Imp. PSD/Madeira



Notícias do Barreiro

Eleição da Comissão Política de Secção: Olga Paredes assume a Presidência

Olga Paredes assumiu a Presidência da Comissão Política de Secção do PSD - Barreiro, numa eleição única, marcada pela unanimidade dos votos.

Esta votação revela uma união em torno de um projecto forte com uma equipa coesa que se predispõe ao debate de ideias, onde terá lugar o contributo de todos os que tiverem vontade para colaborar nos desafios eleitorais que se aproximam.

O órgão recém-eleito é inovador, caracterizando-se pela inclusão de elementos formados na JSD Barreiro, sendo pioneiro no cumprimento da lei da paridade ao integrar 57 % de mulheres.

Esta Comissão Política de Secção assume o compromisso de implementar um processo de comunicação activa não só com os militantes e simpatizantes do PSD/Barreiro, mas com todos os Barreirenses dispostos a contribuir para um projecto político em prol da nossa terra e da nossa gente.

O potencial humano existente na nossa cidade precisa de ser reconhecido e valorizado, sendo para isso imprescindível o contributo de todos os Barreirenses.

Enquanto oposição às anteriores gestões autárquicas (CDU/PS), o PSD no Barreiro, sempre se pautou por seriedade, credibilidade e trabalho competente, desenvolvendo projectos a favor dos munícipes. É com esta convicção que o PSD Barreiro se afirma como a alternativa responsável e credível.

Com o PSD, o Barreiro e os Barreirenses chegarão mais além!

– CPS/PSD-Barreiro



«Francisco da Silva Rocha, 1864-1957: Arquitectura Arte Nova - Uma Primavera Eterna»

A Câmara Municipal de Aveiro patrocinou, no dia 24, o lançamento do livro “Francisco da Silva Rocha 1864-1957 Arquitectura Arte Nova Uma Primavera Eterna”, de autoria de Maria João Fernandes seguida da inauguração da Exposição documental “Francisco da Silva Rocha: arquitecto e artista 1864-1957”. Estas acções que integram o programa das Comemorações Aveiro 2009 visam destacar o Aveirense Ilustre Francisco da Silva Rocha.

O lançamento do livro e sua apresentação pela Presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes, Emília Nadal, terão lugar às 15.30 horas, no Edifício da Antiga Capitania que contará igualmente com a presença da autora, Maria João Fernandes.

O livro de Maria João Fernandes é simultaneamente a merecida homenagem a um dos expoentes da cultura do início do século XX e ao modelo de beleza e equilíbrio a que deu forma na sua arquitectura, sob o signo da Arte Nova, mas também o hino a um tempo esquecido e à sua esplêndida e luminosa herança, dádiva a uma cidade onde natureza e cultura se conjugam, da casa que foi de Mário Pessoa, obra mestra de Silva Rocha, Museu de Arte Nova (antiga Casa Major Pessoa), onde estará patente a partir de 24 de Janeiro prolongando-se até 15 de Março, a exposição que lhe é dedicada.

De seguida, às 16.45 horas, será inaugurada a exposição no Museu Arte Nova – antiga Casa Major Pessoa - que visa analisar a vida e obra de Francisco da Silva Rocha, desde a sua componente com arquitecto ligado ao movimento Arte Nova, à sua obra como pintor e relações familiares e amigos, muitos dos quais artistas e individualidades da altura, ou seja, os aspectos biográficos mais relevantes.

Na mostra estarão expostos objectos como sejam desenhos, plantas, pintura feita por Francisco Silva Rocha e documentação original da época – fotos e correspondência. Quase todos os objectos são propriedade dos descendentes e algumas pinturas são de colecionadores particulares.

Algumas informações adicionais sobre livro que vai ser lançado

“Silva Rocha é o protagonista maior da construção e do carácter da cidade de Aveiro da sua época”. - Álvaro Siza.

“Uma personalidade estética tão singular como a do arquitecto Silva Rocha, não apenas profeta mas autor das belas expressões da Arte Nova de que se honra Aveiro” - Eduardo Lourenço

O livro de Maria João Fernandes: Francisco da Silva Rocha (1864-1957)



Arquitectura Arte Nova Uma Primavera Eterna, promovido e editado pelo Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Aveiro e coordenado pela equipa da Biblioteca Municipal é a primeira monografia de um arquitecto à luz da Arte Nova, apresentada por Álvaro Siza Vieira. Tal como este acentua no seu prefácio: “Maria João Fernandes, com um percurso de crítica de arte, afirmado ao longo destes últimos trinta anos, produziu a primeira definição da Arte Nova em Portugal, que a coloca e depois da sua apresentação pública no primeiro encontro internacional sobre Arte Nova em Portugal, como a verdadeira responsável pela sua defesa e divulgação. Juntando pontos de vista já anteriormente defendidos por grandes especialistas como Manuel Rio-Carvalho, José-Augusto França e José Manuel Fernandes, contrariando a lógica que pretende negar a autonomia e o valor da nossa cultura, pautando-a por modelos próprios e não segundo a adequação e a subserviência a modelos estrangeiros, a autora partiu para a caracterização dos vectores fundamentais deste estilo no nosso país: o eclectismo crítico, um conceito definido pelo arqui-

tecto do modernismo catalão, Domènech i Montaner e desenvolvido pelo crítico Ignasi Solà-Morales, um conceito com o qual a nossa arquitectura Arte Nova e uma parte da Arte Nova internacional tem grandes afinidades, a valorização do arquétipo do Barroco - que segundo Eugénio D’Ors nasceu em Portugal - tal como o caracteriza José Fernandes Pereira, mais decorativo, do que estrutural, as variantes de interpretação segundo os materiais regionais, como Reynaldo dos Santos observou em relação ao Românico e finalmente aquilo que constitui uma das suas maiores e mais belas especificidades, a exuberância da decoração artística do azulejo e da serralharia, contribuindo para a imagem que nos oferece de “uma Primavera eterna”, título do presente livro que é simultaneamente uma síntese do seu conteúdo poético.”

Notas Biográficas: o Círculo de Amigos

Francisco Augusto da Silva Rocha é o autor do mais coerente e original conjunto de arquitectura Arte Nova em Portugal que levou um especialista como

José-Augusto França a considerar Aveiro capital deste estilo no nosso país, um estilo de cuja defesa a partir de 1996 se tornou o baluarte. Numa primeira parte, os capítulos iniciais, a autora através de um minucioso conjunto de notas biográficas dá vida ao percurso público de Silva Rocha, criador do ensino industrial de Aveiro, Professor e Director durante várias décadas da Escola Industrial e Comercial Fernando Caldeira que inaugurou em 1903 num edifício do seu risco, sobre os arcos de antigos moinhos de maré, num terreno pertença do seu sogro João Pedro Soares, pai de Olinda Augusta Soares que em 1896 se tornou sua esposa. A 21 de Setembro de 1897 nascia a sua única filha Maria Luísa que preservaria a sua memória e muitos dos essenciais documentos que hoje devolvem à cidade de Aveiro uma obra intemporal.

Ao mesmo tempo, noutra capítulo, o círculo de amigos ilustres ajuda, através da sua correspondência com o arquitecto aveirense, a dar vida a uma figura cuja competência profissional, talento artístico e excepcionais qualidades humanas ressaltam dessa forma pela pena do químico Charles LePierre, do grande escritor Jayme de Magalhães Lima ou do insigne escultor Teixeira Lopes. A admiração dos seus contemporâneos, como o grande crítico António Arroyo, o músico Viana da Mota, ou Alberto Souto, é ainda bem visível no conjunto de soberbos retratos (reproduzidos no livro) entre escultura, pintura, desenho e caricatura que lhe dedicaram artistas como Sousa Caldas, Cândido da Cunha, Lauro Corado ou Armando Boaventura.

Silva Rocha Ilustrador e Pintor

A polifacetada personalidade artística de Silva Rocha, está ainda documentada pelos seus trabalhos como ilustrador, onde ressaltam os desenhos e aquarelas para o artigo de Luís de Magalhães: “os Barcos da Ria de Aveiro”, a convite de Rocha Peixoto, publicados em 1889 na Revista Portugália e os desenhos que realizou para a ementa do jantar de homenagem ao rei D. Manuel II em Aveiro (27/11/1908).

Relativamente à pintura de Silva Rocha, Maria João Fernandes situa-a entre a continuidade de uma tradição naturalista e uma modernidade emergente que luta por se afirmar, ainda muito próxima do modelo naturalista, mas ensaiando nos seus exercícios sobre a luz e a cor, os primeiros passos de uma poética impressionista que incidiu sobre o retrato e a pintura de paisagem e dos tipos populares da região. À primeira categoria pertencem os retratos do sogro



João Pedro Soares, da filha Maria Luísa e do pai do seu genro Justino, Francisco Maria Simões, de todos o mais trabalhado e conseguido, nas belíssimas variações tonais de luz e sombras. Os retratos de tipos populares mostram uma grande sensibilidade para a expressão da paisagem que se revela plenamente nos grandes espaços despojados da terra ou do mar. É no profundo sentimento de comunhão com a natureza, verdadeira essência da poesia, que a autora encontra, aliás, o elo entre a pintura e a arquitectura de Silva Rocha. Céus ardentes sobre a terra acesa de um íntimo fulgor, o mar cintilante de todas as jóias da luz realizam a íntima alquimia do espaço que no conjunto da obra do pintor e do arquitecto é sugerida.

Silva Rocha Arquitecto

Tal como nesta obra se demonstra, Francisco Augusto da Silva Rocha, como arquitecto, é o criador de um padrão de beleza e totalidade que reflecte simultaneamente a harmonia e a ordem da natureza, próprias de um modelo clássico (evocando o ideal da divina proporção, a regra de ouro praticada no Renascimento) e a fugacidade e o esplendor das suas formas, características de um modelo barroco. Estes modelos revelam-se em períodos distintos da sua obra, autonomizando-se e dialogando. A gramática dos símbolos está presente quer no agenciamento das formas e dos volumes dos seus edifícios, quer nos detalhes da sua linguagem ornamental. Manifestam a ligação a um modelo clássico, a Escola Industrial Fernando Caldeira (1903) e o Hospital da Misericórdia de Aveiro (1900). Em 1908, com o edifício desenhado para Mário Belmonte Pessoa, actual Museu de Arte Nova, afirma-se a vertente barroca e ornamental da obra de Silva Rocha, não abandonando no entanto princípios classicizantes, a valorização de uma ordem estrutural e da harmonia das proporções. Uma e outra destas vertentes, em dinâmico diálogo contribuirão, numa fusão progressiva, para a criação do muito particular e original estilo de uma gramática Arte Nova a que Silva Rocha deu forma, entre nós, no período exacto em que esta floresceu no resto da Europa. A autora analisa de um ponto de vista formal e poético outros edifícios, tão emblemáticos, como a casa do autor, na Rua do Carmo nº 12, a do nº 146 na Rua Cândido dos Reis, a casa dos nºs 5, 6 e 7 da Rua de João Mendonça, o palacete que pertenceu a Francisco Maria Simões

no Largo de Salreu, o antigo Balneário de Espinho, o edifício que actualmente abriga a Fundação Jacinto de Magalhães da Universidade de Aveiro ou aquele onde passou a funcionar o Museu da Cidade. A alquimia interior que preside à criação de Silva Rocha, de expressão simbólica, materializa-se, adquirindo uma expressão plástica na sua arquitectura que apresenta no motivo das rosas em cruz, em dois dos seus edifícios, um dos mais belos símbolos da Arte Nova, encarada esta num pano internacional. (Nota: publicamos neste número, algumas fotos de exemplos notáveis de arquitectura "Art Nouveau", incluindo a fachada da casa "Major Pessoa", agora Museu de Arte Nova da cidade)

"55 anos do Rotary Club de Aveiro – A Paz no Mundo em 1000 Flâmulas"

A Câmara Municipal de Aveiro inaugurou a exposição "55 anos do Rotary Club de Aveiro – A Paz no Mundo em 1000 Flâmulas", ocorrida no passado dia 12, na Galeria dos Paços do Concelho.

Integrada nas «Comemorações Aveiro

2009», esta mostra, promovida pelo Rotário Club de Aveiro, reúne as flâmulas de Clubes Rotários de todo o mundo que foram oferecidas ao clube aveirense ao longo dos seus 55 anos de existência. Para além das flâmulas, estão patentes outros tipos de objectos que documentam a história do Rotário Club de Aveiro.

Até 1 de Fevereiro, a Exposição "55 anos do Rotário Club de Aveiro - A Paz no mundo em 1000 flâmulas" pode ser apreciada na Galeria dos Paços do Concelho, de Terça a Domingo, das 14.00 às 19.00 horas.

Segunda fase do XIX Campeonato da Liga Galega de Bandas de Gaitas

A Câmara Municipal de Aveiro comunica a "Passagem de Testemunho" do XIX Campeonato da Liga Galega de Bandas de Gaitas, à Cidade de Aveiro, ocorrida em Viana do Castelo, que contou com a presença do Vereador responsável pelo Pelouro dos Assuntos Culturais, Miguel Capão Filipe.

Com a Passagem de Testemunho onde são gravadas as cidades que reali-

zam esta actividade, a Câmara Municipal de Aveiro, a Associação Musical e Cultural de São Bernardo e a Federação Galega de Bandas de Gaitas organizam nos dias 4 e 5 de Abril, a segunda fase do XIX Campeonato da Liga Galega de Bandas de Gaitas que surge enquadrada no programa das Comemorações Aveiro 2009.

A primeira fase do campeonato teve lugar em Viana do Castelo, em Dezembro, em que participaram 63 bandas de gaitas espanholas e duas portuguesas: a Banda de Gaitas da Associação Musical e Cultural de São Bernardo e a Banda de Gaitas de São Tiago de Cardielos de Viana dos Castelo.

De referir que a organização da segunda fase deste Campeonato a decorrer em Aveiro pretende envolver mais do que os dois mil músicos que participaram em Viana do Castelo. No programa está previsto a realização de dois desfiles das bandas participantes pela Avenida Dr. Lourenço Peixinho e Rossio. Importa ainda salientar que em 2005, Aveiro já recebeu estes Campeonato que reuniu centenas de músicos espanhóis e portugueses.

– Depº Cultural da CM Aveiro

Notícias de Braga

A coligação "Por Braga" reafirma a intenção de prosseguir e vencer o combate contra o PS e Mesquita Machado

As secções concelhias de Braga do PSD e do CDS/PP reafirmaram, em comunicado, "a intenção de prosseguir a concertação de estratégias de combate político ao executivo liderado por Mesquita Machado", consubstanciado na coligação "Juntos por Braga".

O documento, subscrito por João Granja e Manuel Rocha, ambos recém-eleitos para a presidência dos respectivos órgãos, diz que foram "acertados procedimentos e formas de actuação tendentes a propiciar a Ricardo Rio as melhores condições para continuar a liderar a agenda política local e a protagonizar a vitória nas próximas eleições autárquicas".

O comunicado segue-se à primeira reunião entre as duas concelhias, realizada, quarta-feira, na sede local dos sociais-democratas, durante a qual "ambas as partes reafirmaram o compromisso que os une há já mais de oito anos de se coligarem nas eleições autárquicas".

Os dois partidos - a que se junta o PPM na lista para a Assembleia Municipal - constataram, ainda, que o Executivo de Mesquita Machado, no poder há 32 anos, "se tem revelado cada vez mais desorientado, desgastado, vazio de ideias e sem capacidade de motivação e mobilização dos bracarenses para os desafios dos novos tempos".

O PSD e o CDS reafirmam, assim, "a importância deste projecto colectivo, criado para servir os bracarenses e cuja dinâmica vai muito para além dos Partidos que a compõem".

Nas últimas eleições municipais, o



PS venceu a Câmara, conquistando seis mandatos, contra cinco da Coligação.

Comunicado da Coligação

Realizou-se na passada quarta-feira, dia 14, na sede local dos sociais-democratas, a primeira reunião entre as recém-eleitas, Comissão Política de Secção de Braga do PSD e Comissão Política Concelhia do CDS/PP. As duas delegações eram lideradas pelos Presidentes de cada uma das estruturas, respectivamente, João Granja e Manuel Rocha.

Os trabalhos decorreram de forma viva e participada, tendo sido passado em revista o percurso da Coligação Juntos por Braga e reafirmada a importância deste projecto colectivo, criado para servir os Bracarenses e cuja dinâmica vai muito para além dos Partidos que a compõem.

Os presentes reafirmaram o compromisso que os une há já mais de oito anos e a intenção de prosseguirem a concertação de estratégias de combate político

ao executivo liderado por Mesquita Machado que se tem revelado cada vez mais desorientado, desgastado, vazio de ideias e sem capacidade de motivação e mobilização dos Bracarenses para os desafios dos novos tempos.

Acertaram-se procedimentos e formas de actuação tendentes a propiciar a Ricardo Rio as melhores condições para continuar a liderar a agenda política local e a protagonizar a vitória nas próximas eleições autárquicas.

Ficou agendada uma nova reunião antes do final do mês de Janeiro em data a divulgar oportunamente.

A renovada sede concelhia PSD de Braga foi alvo de actos de vandalismo

Na passada sexta-feira, dia 16 entre as 23:00 horas e a 01:30 do dia seguinte, a renovada sede concelhia do PSD, em Braga, foi alvo de actos de vandalismo praticados por desconhecidos.

Os autores inscreveram a negro, na fachada do edifício, frases injuriosas para o fundador do PSD, Francisco Sá Carneiro e para a actual Presidente do Partido, Manuela Ferreira Leite.

O Presidente da Comissão Política de Secção, João Granja, lamentou o sucedido e condenou a falta de civismo e de cultura democrática de quem, cobardemente, actua desta forma.

Os factos foram objecto de participação policial contra incertos. – CPS/ Braga-PSD

Manuela Ferreira Leite encerrou o XVIII Congresso Regional dos Açores, que consagrou o triunfo de Berta Cabral

A líder nacional do PSD, Manuela Ferreira Leite, encerrou o XVIII Congresso regional dos social-democratas açorianos, que decorreu em Ponta Delgada, um conclave que consagrou Berta Cabral como líder do partido no arquipélago.

A reunião magna surge na sequência das segundas directas dos social-democratas açorianos, depois da saída de Carlos Costa Neves a seguir às eleições regionais de Outubro, ganhas pelo PS.

A sessão de encerramento começou cerca das 12 horas locais com a intervenção da líder nacional, Manuela Ferreira Leite. (Veja o discurso em “Actividades da Presidência, pag. 2 e seguintes)

Ao longo do congresso, Berta Cabral procurou mobilizar o partido “rumo à vitória em 2012”, comprometendo-se a abrir “canais de comunicação com todos os açorianos”, para iniciar “a construção participada do programa de acção do PSD.

A presidente do PSD/Açores, e da Câmara Municipal de Ponta Delgada desde 2001, foi eleita em Dezembro com 98,5 por cento dos votos.

Congresso representa momento de “viragem”

A líder do PSD/Açores considerou que o congresso regional constituiu um momento de “viragem” na vida do partido, rumo à vitória em 2012, mas lembrou que “aumentou” a responsabilidade dos social-democratas perante os açorianos.

“Renasceu a esperança. Aumentou a nossa responsabilidade perante os açorianos. Este foi o congresso da viragem, do último capítulo como maior partido da oposição a caminho da vitória em 2012”, afirmou Berta Cabral, no discurso de encerramento do XVIII congresso regional do PSD/Açores.



A líder social-democrata reafirmou estar preparada para “lançar mãos à obra” pelos Açores, com “coragem e determinação”, salientando precisar do contributo “de todos os militantes, sem excepção”, de modo a apresentar “ideias e soluções” para os problemas dos açorianos.

Berta Cabral garantiu que “não queremos ganhar eleições porque o PS as perde, mas porque temos capacidade de as ganhar, porque temos respostas para os problemas”.

“Estamos aqui, seja quem for o candidato do PS e estamos aqui para ganhar,

independentemente do candidato do PS a presidente do governo”, assegurou.

A presidente do PSD/Açores frisou que, durante o congresso, os social-democratas não perderam tempo com problemas internos e deram provas de “criatividade e imaginação”, dado que, perante a crise, “é preciso agir em vez de reagir”.

A líder social-democrata anunciou que o partido vai apresentar no parlamento uma proposta de redução do IRS até 30 por cento das taxas nacionais em todos os escalões, “fazendo crescer o rendimento das famílias”.

Berta Cabral propôs, também, o aumento dos limites de créditos fiscais em sede de IRS para despesas com saúde e educação, “sinal de duas prioridades inequívocas da nossa acção política e do nosso apoio às famílias açorianas”.

A presidente do PSD/Açores defendeu, ainda, que é necessário “acelerar os programas de obras de menor dimensão e fasear as de maior dimensão que, assim, estão ao alcance das empresas locais e ajudarão a manter e a criar emprego” na Região.

“O desenvolvimento económico faz-se fortalecendo o tecido empresarial, mas o desenvolvimento também tem de ser solidário. Daí a nossa vontade de contribuir para o crescimento e consolidação da classe média, diminuindo a pobreza e fazendo com que cada vez mais açorianos

tenham o conforto e as oportunidades que merecem”, afirmou.

Berta Cabral considerou que “a atribuição de um rendimento fácil e às vezes injusto é a melhor forma de alguns não contribuírem para a sociedade onde estão inseridos”.

“Queremos uma terra de gente com ambição e não de pessoas conformadas com a sua situação e o seu destino”, defendeu.

A líder social-democrata enalteceu, ainda, “a coragem, sinceridade, espírito de serviço e apego à verdade” da presidente do PSD nacional, Manuela Ferreira Leite, presente na sessão de encerramento do congresso.

“O caminho certo não é ceder ao imediatismo, mas sim cuidar do futuro com responsabilidade, não é sermos notícia, mas sim fazermos tudo para que o País tenha boas notícias. O engenheiro Sócrates é notícia, mas dá más notícias ao País”, referiu.

Nova Comissão Política Regional e convicção de vitória nas próximas eleições

A nova Comissão Política Regional do PSD/Açores, aumenta as vice-presidências de três para cinco lugares, com uma renovação de cerca de 70 por cento.

A nova líder do PSD/Açores escolheu para as vice-presidências Clélio Meneses,





Luís Maurício, José Andrade, Sandra Bessa e um militante da ilha do Faial.

Carlos Costa Neves, ex-líder do PSD/Açores será o próximo presidente da mesa do congresso, enquanto que Alberto Romão Madruga da Costa, que chefiou o Governo açoriano após a saída de Mota Amaral, é o cabeça de lista ao Conselho Regional, acrescentou.

A líder do PSD/Açores afirmou ainda que o Congresso Regional marca o arranque de uma caminhada para a vitória nas regionais de 2012, apostando na abertura de “canais de comunicação” para construir um “programa de acção participado”.

“Na sequência imediata deste Congresso, o PSD passa a ter uma plataforma de comunicação online que acolhe e considera o contributo de cada um, seja sobre um grande sector em geral, seja sobre uma pequena situação em especial”, afirmou Berta Cabral, no discurso de abertura da reunião magna dos socialistas açorianos, que hoje arrancou em Ponta Delgada.

“2012 - Uma ideia para os Açores é este o projecto, que a partir de hoje inicia a construção participada do programa de acção do PSD”, afirmou Berta Cabral, acrescentando que é pelas pessoas que o Partido tem de trabalhar.

Numa intervenção de abertura muito aplaudida, a nova líder mostrou-se convicta que o PSD/Açores vai ganhar as eleições regionais de 2012, acusando os socialistas de se “arrastarem no poder para cumprir calendário, sem capacidade de renovação”.

“Daqui para a frente, a única novidade que o PS tem para oferecer aos açorianos é a luta interna pela substituição de um líder que está de saída”, disse a dirigente partidária, para quem os socialistas “deixam aos açorianos um futuro hipotecado”.

Frisando ser necessário “virar a página”, Berta Cabral recordou que, na

Região, “o desemprego atinge valores nunca vistos, o direito à saúde é privilégio de alguns e o equilíbrio orçamental faz-se à custa do sector empresarial público”.

Perante os 367 delegados ao Congresso, a nova líder do PSD, eleita em Dezembro nas directas com 98,5 por cento dos votos, elogiou o ex-líder, Carlos Costa Neves, que ouviu atentamente as palavras de Berta Cabral, sentado na primeira fila ao lado do líder histórico Mota Amaral.

“O Dr. Costa Neves remou contra a maré, com sentido de responsabilidade, espírito de sacrifício e capacidade de resistência”, disse Berta Cabral.

A nova líder, que tem pela frente três desafios eleitorais (legislativas, autárquicas e europeias), garantiu que o Partido não se esgota nos militantes do PSD e que vai trabalhar com “todos os que queiram trabalhar pelos Açores”.

Num discurso de 15 páginas, a economista de 56 anos defendeu ainda que a aposta do Partido deve ser na resolução dos problemas das pessoas, evocando o recém-eleito presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, para dizer: “Sim, nós podemos”.

A nova líder do PSD na região, eleita sem oposição com 98,5 por cento dos votos nas “directas” realizadas em Dezembro, pretende “orientar os açorianos para o sucesso”, apostando na excelência da qualificação dos recursos humanos em todas as áreas e no fomento das capacidades de autonomização e responsabilidade pessoal, familiar e social.

Ao nível empresarial, considera urgente as pequenas e médias empresas vencerem os desafios da pequena dimensão, localização e dispersão do mercado regional para serem mais competitivas e sólidas, acrescentando que além de uma despenalização fiscal, os apoios governamentais devem ser atribuídos com maior critério e de forma atempada.

“Somos hoje uma região fragilizada. Com famílias sobreendividadas. Com

empresas descapitalizadas. Com sectores de exportação inseridos em mercados altamente concorrenciais. Investiu-se demasiado em obras de baixo valor reprodutivo. Assentou-se a evolução económica em sectores de baixo valor acrescentando”, diagnostica a líder do PSD/Açores, alegando que está “pronta para arregaçar as mangas” e ganhar as próximas eleições regionais em 2012.

Frisando ser necessário fomentar nos açorianos um “sentimento de mudança segura e credível”, Berta Cabral assegura que a governação socialista “já ultrapassou o seu prazo de validade política” e quanto mais tempo permanecer no poder mais prejudica a região.

“O PSD tem de ser uma fonte de energia. É preciso contagiar os eleitores com a nossa confiança, alegria, trabalho e exemplo”, diz Berta Cabral, que durante a reunião magna deste fim-de-semana deverá reforçar a ideia que quer trabalhar com todos os militantes e com a sociedade civil para fazer “política de proximidade e de realidade”.

“A dimensão dos Açores não se esgota nas nove ilhas. Estende-se ao outro lado do Atlântico assumindo uma importância

geo-estratégica que merece ser devidamente valorizada entre o velho continente e o novo mundo”, afirma Berta Cabral, que tenciona desenvolver uma “verdadeira política de internacionalização” do arquipélago.

Novo Secretário-Geral do PSD: um regresso à actividades

O antigo presidente do parlamento açoriano, Humberto Melo, será o novo secretário-geral do PSD/Açores, um regresso à vida política activa após vários anos de afastamento, confirmou hoje à agência Lusa a líder regional do partido.

Berta Cabral adiantou à Lusa que Humberto Melo “está confirmado como novo secretário-geral do PSD/Açores há um mês”, um cargo que disse ser “um pilar importantíssimo para o partido e que exigia uma pessoa à altura”.

“Haveria muitos outros nomes para esta função em dez mil militantes, mas Humberto Melo foi a minha escolha pessoal”, frisou Berta Cabral, que participa no segundo dia do XVIII Congresso Regional do partido, a decorrer no Coliseu Micaelense.

Humberto Melo, militante social-democrata desde 1983, confessou à agência Lusa que decidiu aceitar o convite porque “a dr^a Berta Cabral introduziu no PSD/Açores uma nova dinâmica, espírito ganhador e de que é preciso prestar um serviço aos Açores”.

“É preciso mudar. Os açorianos estão desejosos de um novo ciclo de desenvolvimento e, por isso, regresso à vida política activa com este espírito vencedor que a dr^a Berta Cabral introduziu”, afirmou Humberto Melo, que tem com a nova líder uma relação de amizade, já que foi “o primeiro subscritor que propôs Berta Cabral como militantes”.

O antigo presidente do Parlamento açoriano, entre 1998 e 2000, manifestou-se cem por cento seguro que o PSD/Açores vai ganhar as regionais em 2012, porque com “a nova líder do partido trouxe esperança aos açorianos e os socialistas estão em fim de ciclo”.

“É preciso por mãos à obra pelos Açores”, disse Humberto Melo, alegando estar pronto para trabalhar, dar ao partido a experiência acumulada nos últimos anos e ajudar na transição de ciclo.

“Estou disposto a trabalhar, porque sempre trabalhei. Vou agora nesta nova fase dar um pouco mais e com grande empenho”, afirmou Humberto Melo, 52 anos.

– Fontes:

Lusa e Gab. Imp. PSD/Açores



JSD apela à participação dos jovens açorianos e participou “em grande” no Congresso

“Dar espaço aos Jovens - Participação da Juventude” foi o título da moção que a Juventude Social Democrata dos Açores levou ao congresso regional do PSD/Açores.

“A moção da JSD pretende apresentar novas ideias, novas metas, novos objectivos e novas formas de estar na política, pretendendo devolver essa mesma política às pessoas”, referiu o líder regional da estrutura Cláudio Almeida, acrescentando que “a juventude é um tema transversal e, por isso, apresentamos propostas claras em diversas áreas”, explicou.

Foi mais de meia centena o número de jovens “laranja” que constituíram

a delegação que a JSD apresentou no congresso, sendo esta uma das maiores delegações de sempre, e contando com representantes de todas as ilhas dos Açores.

A organização de juventude do PSD, através do seu líder regional, salientou ainda o facto de o partido “continuar de portas abertas à participação dos jovens na sua vida activa e no traçar de um novo rumo para os Açores”, estando, por isso, a JSD “ao lado da presidente eleita, Berta Cabral”, prometendo ajudar “a pôr mãos à obra pelos Açores e pela nossa gente”, conclui Cláudio Almeida.

– CPR/JSD-Açores



JSD/Terceira completou reestruturação

Com a recente eleição, na passada sexta-feira, de Alberto Melo como presidente da comissão política concelhia de Angra do Heroísmo, a JSD/Terceira completou o processo de reestruturação a que se tinha proposto desde que Luís Carneiro assumiu a sua liderança.

Já em Dezembro os jovens laranja da Praia da Vitória passaram a contar com Adalberto Couto como o responsável da estrutura concelhia, pelo que “estão reunidas as condições para enfrentar os novos desafios que se avizinham”, referiu Luís Carneiro em nota distribuída à imprensa.

O líder da JSD na Terceira recorda que os novos dirigentes concelhios se juntam aos três núcleos representados nas freguesias, “dois deles criados em 2008, o da Aigualva, liderado pelo Marco Melo, e o das Lajes, a cargo da Catarina Lima”, para além do núcleo dos Biscoitos “este já anterior e que está sob a liderança do Tiago Cardoso”.

Luís Carneiro diz-se “confiante na continuação de uma abordagem clara de defesa dos interesses da juventude a um nível local e regional”, garantindo que a JSD “vai prosseguir com as suas actividades” onde, marcadamente, “a educação, a saúde, o emprego e o desporto têm sido as áreas mais focadas”.

Depois de “cerca de um ano e meio de trabalho, agrada-nos saber que há jovens que nos procuram, pelo que sabemos que vamos contar com mais gente e ainda mais energia nos próximos tempos”, assegura o responsável pela JSD/Terceira.- CPS/JSD-Terceira



Comunicado de Imprensa da CPD/JSD de Setúbal Lançamento de Blog



A Comissão Política Distrital de Setúbal da Juventude Social-Democrata, acaba de lançar o seu blog oficial.

Mais do que texto, ou exercícios de auto-reflexão, a Comissão Política Distrital cria este blog com o intuito de fomentar uma plataforma de interacção, visto que para além da sua natureza informacional, os blogs têm hoje em dia uma importância relacional com a população e sobretudo com os jovens, enquanto espaço de informação acessível a qualquer um.

A JSD Distrital de Setúbal vê ainda o blog como uma ferramenta essencial de impacto político, uma vez que oferece condições para que os factos e notícias publicados na comunicação social não sejam apenas esquecidas, mas também debatidos.

O endereço do blog é o seguinte: www.jsetubal.blogspot.com – CPD/JSD-Setúbal

Comunicado nº 01/2009

2009 Ano novo com problemas velhos

As perspectivas para o corrente ano são altamente preocupantes.

Serão certamente os trabalhadores por conta de outrem, os desempregados, os reformados, os idosos, os pequenos e médios comerciantes e até a fragilizada classe média a sentirem nas suas vidas diárias a crise que se instalou no País.

Com o Produto Interno Bruto (PIB) em menos de 0,8% com as exportações em menos de 3,6% com a dívida externa Portuguesa atingindo este ano 90% do PIB são estes os indicadores que nos obrigam a reflectir seriamente nas possíveis medidas a tomar para tentar minorar as perniciosas consequências da presente situação.

As mega obras públicas anunciadas pelo Governo Socialista não são solução mas antes pelo contrário agravarão e muito os nossos problemas.

Senão, vejamos:

- As obras públicas em causa, o TGV, o novo Aeroporto, a nova ponte sobre o Tejo e algumas auto-estradas não vão em 2009 aumentar o emprego
- O financiamento para estas obras terá grandes dificuldades ao seu acesso o que obrigará a induzir um adiamento das decisões de investimento e consumo.
- A maioria dos materiais e equipamentos para estas obras tem de ser importados o que agravará em muito as dívidas ao estrangeiro a pagar pelas gerações futuras.

Antevendo a presente crise e as suas previsíveis consequências já em 16 de Julho de 2008 os TSD/AML em comunicado diziam:

“Nesta conformidade a panaceia decidida pelo Governo para superar esta crise seria, através de vultuosos investimentos em obras públicas, a pagar entre 2014 e 2030. Porém estas obras públicas têm de ser criteriosamente analisadas em termos custos/benefícios. Se há algumas de reconhecido mérito tais como barragens, parques eólicos, centrais solares e a melhoria de algumas acessibilidades no interior do País, outras há cujos investimentos poderão ser melhor canalizados. Também será conveniente ter em atenção a provável evolução do transporte aéreo que já apresenta indícios de uma grave crise.”

O nosso comunicado nº 21/2008 de 13 de Dezembro esclarecia:

“Os TSD/AML sempre apoiaram os investimentos em barragens, parques eólicos, centrais solares e a construção de algumas novas acessibilidades no interior do País e também concordam com a recuperação de centros escolares e liceus remodelados, a construção de novos hospitais e de creches e lares bem como a melhoria de algumas infra-estruturas tais como portos, vias-férreas e auto-estradas. Quanto ao TGV pomos sérias reservas à sua construção com excepção da linha Lisboa/Madrid já acordada dado o elevado valor dos investimentos em causa.

No tocante ao novo Aeroporto devemos ter em consideração da diminuição drástica de voos comerciais bem como a anunciada falência de 70 companhias aéreas. Pensamos que nesta situação o Aeroporto da Portela poderá ter a sua vida útil alongada o que permitirá ir fazendo por fases o novo Aeroporto de Alcochete.”

Como deste modo se pode confirmar os TSD/AML sempre tiveram uma opinião crítica e fundamentada sobre a situação do País.



Como soluções imediatas para a crise os TSD/AML no seu comunicado de 13 de Outubro de 2008 escreviam:

“ Algumas das medidas anunciadas pelo Primeiro-ministro de Portugal com pompa e circunstância, além de insuficientes só produziram efeitos em 2010 quando as dificuldades são actuais. Julgam os TSD/AML que todos os pagamentos por conta deverão ser suspensos de imediato bem com o IVA só deverá ser pago após boa e efectiva cobrança. Por outro lado o Estado, o maior dos devedores, deve procurar a todo o custo pagar atempadamente aos seus fornecedores a totalidade das importâncias em dívida. Quanto ao auxílio financeiro as PME's este deve ser fácil e rápido na sua concessão.”

Presentemente os TSD/AML advogam a urgente necessidade de baixar os impostos do IRC e do IRS que impendem sobre as empresas e sobre as famílias pois só assim se pode aumentar o poder de compra dos Portugueses e incentivar o investimento e o consumo.

Os TSD/AML também sugerem que a Taxa Social Única para as empresas que ainda laboram passe de 23,5% para 20% e para os trabalhadores dessas empresas passe de 11% para 6%.

Deste modo haveria uma melhoria das tesourarias das empresas permitindo até o pagamento atempado das suas obrigações fiscais e os salários dos seus trabalhadores teriam um ligeira melhoria.

O governo com a subida do défice de 2,2% para mais de 3% tem milhões de euros para investir e sendo assim deve melhorar a situação das empresas e dos trabalhadores em vez de os gastar em obras megalómanas de rentabilidade duvidosa e com grande aumento da dívida externa.

Deste modo se o Primeiro-Ministro e o seu governo continuarem no seu autismo e na convicção que o investimento em grandes obras públicas é a solução para a presente crise, Portugal continuará na sua curva descendente em relação à média europeia tal como já alertou o Sr. Presidente da República.

Só com a urgente mudança deste “desgoverno” os portugueses poderão ter alguma esperança no seu futuro.

- Lisboa, Janeiro de 2009, Secº.Distr. Lisboa/AML



AGUALVA - CACÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Agualva - Cacém, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2009, (sexta - feira) pelas 21h00, na sede, sita na Av. Bons Amigos, n.º 37, 1.º C, com a seguinte Ordem de Trabalho:

- 1 - Apreciar e deliberar sobre as contas da secção relativas ao ano de 2008
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Apreciação e votação da Moção de estratégia

ALGÉS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Algés para reunir no próximo dia 28 de Janeiro de 2009, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede da secção, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação e votação do Relatório e Contas de 2007/2008;
- 2 - Análise da situação política do plenário da Secção de Algés.

ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada, para reunir no próximo dia 29 de Janeiro de 2009, (quinta -Feira) pelas 21h00 horas, na sede, sita na Rua do Clube de Campismo do Concelho de Almada, n.º 6 - A, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Orçamento para 2009
- 3 - Contas de 2008
- 4 - Análise da situação político - partidária
- 5 - Diversos

ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Anadia, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2009, (sexta -feira) pelas 21h00, na sala Bairrada do Hotel das Termas da curia, sito na Curia, com a seguinte Ordem de Trabalho:

Ponto único - Dar parecer sobre o candidato a Presidente da Câmara Municipal de Anadia, nos termos da linha f) do n.º 2 do Artigo 50.º dos Estatutos do PSD

BARREIRO

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2009 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua D. João de Castro, n.º 2, D (loja), na Freguesia de Santo André, Concelho do Barreiro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação político - partidária
- 3 - Aprovação das Contas de 2008 e Orçamento para 2009
- 4 - Parecer sobre o nome do candidato a Presidente da Câmara Municipal do Barreiro

BENAVENTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Benavente, para reunir no próximo dia 31 de Janeiro de 2009, (sábado) pelas 15h30, na sede, sita na Rua Doutor Ruy D'Azevedo, n.º 19, com a seguinte Ordem de Trabalho:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Apreciação da actividade dos autarcas
- 3 - Apresentação da actividade da CPS sobre candidaturas autárquicas
- 4 - Outros assuntos.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Braga, para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro de 2009, (Sexta-Feira) pelas 21h30 horas, no Hotel Turismo em Braga, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Apreciação das Contas de 2008 e do Orçamento para 2009;
- 3 - Análise da Situação Política.

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Coruche, para reunir no próximo dia 31 de Janeiro de 2009, (sábado) pelas 16h00 na sede, sita na Rua Direita, n.º 20, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Apreciar e decidir sobre os aspectos mais relevantes que integrarão o Programa de Candidatura do PSD às Eleições Autárquicas de 2009, no âmbito do Município de Coruche
- 2 - Apreciar e deliberar sobre a composição das listas que se candidatarão, em representação do PSD, às Eleições Autárquicas de 2009, no âmbito do Município de Coruche.

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Figueira da Foz, para reunir no próximo dia 29 de Janeiro de 2009, (quinta -feira) pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua da Liberdade, n.º 6, com a seguinte Ordem de Trabalho:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Apreciação, discussão e votação do Relatório de Actividades e Contas, referentes a 2008
- 4 - Apreciação, discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2009.
- 5 - Outros assuntos de interesse para o Partido

IDANHA - A - NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção

de Idanha - a - Nova, para reunir no próximo dia 31 de Janeiro de 2009, (Sábado) pelas 15h00 horas, no Edifício Valente Rego, Loja, sito no Lugar de Ciprestes, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Apreciação da proposta da Comissão Política de Secção, referente ao cabeça de lista do PSD à Câmara Municipal nas Eleições Autárquicas de 2009.

LANHESES - NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Lanheses, para reunir no próximo dia 20 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 20h00, na sede, sita no Largo Capitão Gaspar de Castro, com a seguinte Ordem de Trabalho:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Nota: As listas candidatas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (17.02.2009 das 20h00 às 24h00) ao Presidente da Concelhia ou a quem, estatutariamente, o possa substituir.

As urnas estão abertas das 20h00 às 22h00

MIRANDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Mirandela, para reunir no próximo dia 20 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30, no Auditório do Instituto Jean Piaget, com a seguinte Ordem de Trabalho:

- 1 - Análise da situação política concelhia
- 2 - Candidaturas Autárquicas
- 3 - Outros assuntos de interesse partidário

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Murtosa, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2009, (sexta -feira) pelas 20h30, na sala de espectáculos da Junta de Freguesia da Murtosa, com a seguinte Ordem de Trabalho:

- 1 - Análise da actual situação político - partidária
- 2 - Apresentação, discussão e aprovação das Contas da Secção do ano de 2008
- 3 - Outros assuntos de interesse para a Secção

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Murtosa, para reunir no próximo dia 20 de Fevereiro de 2009, (sexta -feira) pelas 17h00, na sede do PSD em Pardelhas, com a seguinte Ordem de Trabalho:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia da Secção da Murtosa do PSD
- 2 - Eleição da Comissão Política da Secção da Murtosa do PSD

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 17h00 às 20h00.

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira do Hospital para reunir no próximo dia 27 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h00, na Sede Concelhia, com a seguinte Ordem de Trabalho:

- 1 - Informações.
- 2 - Apresentação das Contas de 2008.
- 3 - Outros assuntos.

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ovar, para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Ferreira de Castro, 84 - 1.º Esq., com a seguinte Ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da Situação Política. Local e Nacional

RIBEIRA DE PENHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ribeira de Penha, para reunir no próximo dia 31 de Janeiro de 2009, (sábado) pelas 21h00, no Auditório e Biblioteca Municipais, sito na Rua 25 de Abril, com a seguinte Ordem de Trabalho:

- 1 - Apreciação e aprovação das Contas de 2008
- 2 - Análise da situação política

S. JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de S. João da Madeira, para reunir no próximo dia 29 de Janeiro de 2009, (quinta-feira) pelas 21h30, na sede, com a seguinte Ordem de Trabalho:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Discussão e votação do Relatório e Contas de 2008
- 3 - Discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento para 2009

SECÇÃO F - LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção F - Lisboa, para reunir no próximo dia 05 de Fevereiro de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua da Aliança Operária, n.º 66-A, com a seguinte Ordem de Trabalho:

- 1 - Apreciação e votação das Contas do exercício de 2008
- 2 - Eleições Autárquicas / 2009
- 3 - Assuntos diversos

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Seixal, para reunir no próximo dia 29 de Janeiro de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00 na sede concelhia, sita na Rua M.F.A., 11, Paivas, em Amora, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Apresentação e votação das contas



referentes ao ano 2008;

3 - Análise da situação político partidária.

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Soure, para reunir no próximo dia 29 de Janeiro de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 - Análise da situação político - partidária

2 - Aprovação das contas de 2008 e Orçamento para 2009

3 - Outros assuntos de interesse

TAROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Tarouca, para reunir no próximo dia 21 de Fevereiro de 2009, (sábado) pelas 14h30, no Café Chave d'Ouro, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção

Nota:

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 14h30 às 16h30

TORRE DE MONCORVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Torre de Moncorvo, para reunir no próximo dia 24 de Janeiro de 2009, (sábado) pelas 17h30, na sede do Partido, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 - Análise da situação política

2 - Parecer sobre a candidatura do PSD à presidência da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo (nos termos do artigo nº 50, nº 2 alínea f dos Estatutos.

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Valongo, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2009 (sexta-feira), pelas 21h00 no Auditório Dr. António Macedo no Centro Cultural Vallis Longus, em Valongo com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Apresentação e discussão do resultado da Iniciativa " Ouvir e reflectir - Uma estratégia para o Concelho de Valongo"

2 - Informações e Análise da Situação Política

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila do Conde, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2009, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Praça da República, nº. 7, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Discussão e aprovação do Relató-

rio e Contas de 2008;

2 - Análise da situação política

VILA POUCA DE AGUIAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Pouca de Aguiar, para reunir no próximo dia 29 de Janeiro de 2009, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Prof. Mota Pinto, nº 10, com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 - Discussão e aprovação das Contas referentes a 2008

2 - Outros assuntos de interesse

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2009, (Sexta-Feira) pelas 21h00 horas, na sede, sita na Rua da Boavista, 11, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Apreciar e deliberar sobre as contas da Secção relativas ao ano de 2008

2 - Apreciar e deliberar sobre o Orçamento da Secção para o ano de 2009

3 - Análise da situação política nacional e local

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viseu, ara reunir no próximo dia 09 de Fevereiro de 2009, (segunda-feira) pelas 21h00, no Solar dos Peixotos (Ed. Assembleia Municipal), com a seguinte

Ordem de Trabalho:

1 - Informações.

2 - A Reforma do Património "IMI" no Concelho de Viseu.

3 - Análise da situação política nacional

4 - Outros assuntos.



MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Militantes da Secção de Matosinhos, para reunir no dia 21 de Fevereiro de 2009, na Sede Concelhia da JSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, n.º 98, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 15 horas e as 18 horas.

As listas devem ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia da JSD de

Matosinhos até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e das respectivas subscrições, nos termos estatutários.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Secção

(Edna Falorca da Costa)

CONSELHO DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD do Porto, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2009, pelas 21h30, na Delegação Norte da Junta de Freguesia da Póvoa de Varzim, sita na Praça Luís de Camões (junto à Escola Secundária Rocha Peixoto), na Póvoa de Varzim, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Análise da situação política.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(André Cardoso)

MOSCAVIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos, convoco o Plenário da Secção de Moscavide da JSD a reunir no próximo dia 28 de Fevereiro pelas 18h00, na sede da Secção, sita na Rua Maria do Rosário Patacão n.º 4 R/C Dto., 1885-056 Moscavide, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da JSD Moscavide.

Notas:

1. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior à eleição, na Sede da JSD Distrital de Lisboa, sita na Rua da Junqueira n.º 209, 1300-338 Lisboa;

2. As listas candidatas deverão ser apresentadas conforme o disposto no artigo 98.º dos Estatutos Nacionais da JSD e no artigo 4.º do Regulamento Eleitoral da JSD.

3. As urnas estarão abertas por um período de 5 (cinco) horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Sérgio Freire de Azevedo)

PONTE DE LIMA

Ao abrigo do artigo 96º dos Estatutos Nacionais da JSD - Juventude Social Democrata, convoco os militantes para reunirem em Plenário, na sede concelhia do PSD de Ponte de Lima sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, no dia 7 de Fevereiro de 2008, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Análise da Situação Política Nacional / Distrital / Local;

3 - Análise do XX Congresso da JSD Nacional realizado em Penafiel;

4 - Apresentação de Actividades da JSD da Concelhia de Ponte de Lima.

A Presidente da Mesa do Plenário Clara Rocha

I CONSELHO DISTRITAL ORDINÁRIO DA JSD LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos, convoco o Conselho Distrital de Lisboa da Juventude Social Democrata, para reunir no próximo dia 06 de Fevereiro (Sexta-feira) pelas 21h00 no Auditório do Cinema Fórum Lisboa, sita na Avenida de Roma nº 14, 1000-265 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;

2. Análise da Situação Política.

O Presidente de Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD

(Sérgio Freire de Azevedo)